



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 13ª
(DÉCIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO
GERAL PARA DISCUTIR OS ALVARÁS DO DISTRITO
FEDERAL
EM 7 DE MARÇO DE 2013**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Prof. Israel Batista a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Expediente lido vai à publicação.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 2.153, de 2013, de minha autoria, a sessão ordinária de hoje, dia 7 de março de 2013, quinta-feira, fica transformada em comissão geral para discutir os alvarás no Distrito Federal.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Antes de darmos início à presente comissão geral, suspendo-a para que os convidados adentrem o plenário, e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	2

convido as senhoras e os senhores Deputados que se encontram em seus gabinetes a se dirigirem ao plenário para o início dos debates.

Está suspensa a comissão.

(Suspensa às 15h27min, a comissão é reaberta às 15h52min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

Ao reiniciar a nossa sessão, desejo a todos os presentes que sejam bem-vindos. Que nós possamos tirar muito proveito dessa comissão geral no dia de hoje.

Convido a fazer parte da Mesa: o Sr. Subsecretário de Regularização da Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano – SEDHAB, Chico Floresta; o Sr. Diretor de Engenharia da Companhia Energética de Brasília – CEB, Mauro Martinelli; o Sr. Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal, Adelmir Araújo Santana; o Sr. Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal – ACDF, Cleber Roberto Pires; o Sr. Presidente do Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal, Antônio Augusto de Moraes; o Sr. Diretor de Assuntos de Desenvolvimento Sindical e Relação do Trabalho da Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA, Walid de Melo Pires Sargedine.

Nós ainda estamos aguardando aqui o representante do Corpo de Bombeiros, que foi convidado, e o representante da Secretaria de Governo do Distrito Federal, órgão que está coordenando um grupo de trabalho no sentido de agilizarmos a questão dos alvarás.

Na verdade, essa é a nossa segunda comissão geral, primeira deste ano, segunda desta Legislatura, que trata de um assunto que é conhecido por todos, especialmente pelos administradores – eu vejo ali o Administrador de Taguatinga –, que é a questão dos alvarás de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do Distrito Federal.

Nós temos notícia de que existem... Conversando outro dia com o Cleber, ele me disse que são mais de 20 mil estabelecimentos comerciais no Distrito Federal funcionando sem alvará, e a todo instante correndo o risco de serem fechados, porque, quando alguém da Agefis quer fechar um estabelecimento, é só procurar, até de maneira aleatória, qualquer um, eles vão até lá e fecham por falta de alvará.

Quer dizer, não é possível que uma cidade cujo setor econômico nós temos que fortalecer cada vez mais; uma cidade, com a importância estratégica que tem o Distrito Federal, que cada vez mais deixa de ser de serviços públicos para se tornar efetivamente de prestação de serviços... Eu conversava hoje com o presidente da Federação das Indústrias e o presidente do Sindiscon, que pediu desculpas por não poder estar aqui, porque foi ele um dos que pediu para que nós fizéssemos essa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	3

comissão geral, e ele me disse que só a construção civil emprega hoje 80 mil pessoas. Portanto, é um contingente de 80 mil trabalhadores da construção civil.

Do comércio, Adelmir, deve haver mais de 80 mil trabalhadores, não é, Dr. Antônio? São 160 mil trabalhadores do comércio, um contingente de 160 mil trabalhadores do comércio! E é dever nosso, do Parlamento, mas acima de tudo do Poder Executivo, dar o mínimo de tranquilidade para que essas pessoas também possam dar tranquilidade aos seus servidores.

Eu fico imaginando, Dr. Antônio Augusto, o quanto deve ser doído para vocês comerciantes a intranquilidade que ronda os empregados quando sai a notícia de que um estabelecimento vai ser fechado, ou vai ser fiscalizado – pois certamente será fechado.

Nós temos outra dificuldade, Mauro, por isso a CEB foi convidada. Nós sabemos o trabalho de recuperação que vocês estão fazendo na CEB, é fundamental esse trabalho que vocês estão fazendo, mas eu tenho conversado com empresários da construção civil e eles dizem que apresentam o projeto, ele é aprovado pelas administrações, inicia-se a construção, ela tem andamento, e no momento de entregar encontram dificuldade, porque a energia não foi ligada. E o engraçado agora é que os proprietários dos estabelecimentos, ou melhor, dos apartamentos, dos prédios que eles adquirem, estão entrando na Justiça contra a construtora. E são multas pesadíssimas. E a culpa não é propriamente da construtora. Ela cumpriu todas as obrigações dela, mas a CEB não ligou a luz. E sem luz não pode entregar. E aí ela termina sendo punida.

Portanto, eu tenho classificado isso como os gargalos para o desenvolvimento do Distrito Federal. Existe o chamado, como todos comentam, Custo Brasil, e Brasília, além do Custo Brasil, tem também o Custo Brasília que se agrega ao Custo Brasil. São esses. E, certamente, as pessoas ficam desencorajadas a querer gerar mais empregos no Distrito Federal com as dificuldades que existem. A burocracia é um negócio brutal. Eu tenho dito que o gestor público tem de enfrentar desafios. Hoje, quando qualquer recomendação lhes é concedida, eles já vão parando tudo.

Há outras coisas muito interessantes. Vimos, recentemente, quando aconteceu aquele triste episódio, grave episódio, muito triste, em Santa Maria, houve então uma verdadeira caçada a estabelecimentos de diversão, e eles foram fechando tudo, foram passando e foram fechando. E eu, lá em casa, olhando aquilo na televisão, Chico, pensava: "Cara, mas está aí há tanto tempo! Só agora que aconteceu essa questão de Santa Maria é que viram que não tinha alvará, que não tinha condição efetiva de funcionamento?"

As coisas não podem ser tratadas desse jeito. Acho que os empresários, que são geradores de emprego e retransmissores dos impostos que pagamos, passam e vocês repassam ao Estado, não é? Agora, se não tivermos onde comprar, não vai



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	4

haver imposto; se não houver estabelecimento comercial funcionando, não vai haver imposto. E a que estamos assistindo, que é o que acho mais grave? Em função dessas dificuldades que são colocadas dentro do Distrito Federal – não é, Estrela, você, que é administrador do Park Way? –, há aqui na nossa vizinhança, fora do quadrilátero do Distrito Federal, o estabelecimento de grandes empreendimentos comerciais que levam a nossa freguesia. Em última instância, levam também os nossos impostos e a nossa mão de obra. Eu não fui lá ainda, mas tenho notícia de um grande empreendimento em Alexânia. Parece que, no final de semana, filas de brasilienses vão lá comprar.

Se essa moda pegar, vamos ficar cercados desses tipos de estabelecimentos. Haverá desemprego aqui dentro, porque estão gerando emprego lá fora; os impostos estão sendo pagos lá fora, e sobra para nós a carga de ter que atender a essa população. Você não tem os empregos, não tem os impostos, mas é quem tem que contribuir com a saúde e, em alguns casos, até com a educação, porque as pessoas de Goiás também já estão vindo estudar no Distrito Federal, além de toda a demanda na saúde.

Portanto, para esta comissão geral convidamos todos os administradores, os representantes do governo e o setor empresarial para que a Câmara Legislativa, engajada nesse processo com o Poder Executivo, possa encontrar uma saída para isso. Não dá para continuar! Todos os anos, se repete a mesma coisa. Chega o dia 1º de janeiro, e falamos: “Não, este ano isso se resolve”. Quando chega o dia 31 de dezembro, falamos: “Não se resolveu, mas, no próximo ano, se resolve”. Aí chega o dia 1º de janeiro, e não se resolve nunca.

Precisamos, efetivamente, encontrar uma saída e resolver esse problema. E só vamos encontrá-la se o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário... Porque é muito fácil conceder uma liminar fechando-se um estabelecimento comercial; difícil é verificar por que se chegou àquela situação.

O sentido, senhores, desta comissão geral é fazermos esse debate franco e honesto e chegarmos a uma solução para esses problemas, que estão entre os mais graves do Distrito Federal. Estamos falando de empregos, de impostos e de cidadania. Portanto, esse é o sentido.

Quero convidar a fazer parte da nossa Mesa o Cel. Sales, representante do Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Cel. Gilberto Lopes, e a Sra. Diretora de Normas Técnicas e Padrões Urbanos da Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano – SEDHAB, Josiana Aguiar Wanderley. (Palmas.)

Começaremos ouvindo as entidades empresariais e, depois, os representantes do governo. Vamos começar com o Cleber Roberto Pires, Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	5

SR. CLEBER ROBERTO PIRES – Boa tarde a todos. Deputado Chico Vigilante, cumprimento todos os membros da Mesa em seu nome.

Eu gostaria de parabenizá-lo, Deputado, por esta iniciativa brilhante. Tenho dito aos quatro cantos da cidade que não vou perder a oportunidade de trazer a ficha da Associação Comercial para filiar o senhor, pois o discurso a favor do setor produtivo está muito bonito. Portanto, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para parabenizá-lo.

O senhor fala com muita propriedade quando se preocupa com a geração de emprego, com o recolhimento de impostos. É lógico e evidente que temos hoje uma, eu diria, debandada muito grande, em que boa parte do comércio de rua, especialmente no Plano Piloto, encerra suas atividades.

Temos hoje números assustadores: 18,7% do comércio da Asa Norte estão desativados; 8,9% da Asa Sul desativados. São 986 lojas, segundo levantamento da Associação Comercial, entre os meses de novembro e dezembro.

Não tenho dúvida nenhuma de que esse número, possivelmente, tenha aumentado ou irá aumentar. Qual é a sensação que tenho? O empresário bem sucedido, quando começa a perder o faturamento, procura os grandes centros, vai para os *shoppings*, une-se aos grandes grupos. O pequeno encerra suas atividades e entra na informalidade.

Há outros dados que nos preocupam muito: 261 blocos, no Plano Piloto, com número de 2.662 empresas. E aí vem outra questão, que é a dos puxadinhos, que preocupa e aterroriza todo o empresariado da Asa Sul e da Asa Norte. Há duas prorrogações: apenas quatro empresas se adequaram às exigências do governo. Entre as dificuldades na própria aprovação, há a própria remoção, que já é serviço das concessionárias CEB e Caesb, que não conseguem se entender. Temos a informação de que não haverá nenhuma prorrogação, de que o prazo irá se expirar no dia 30 de abril. Portanto, temos mais de 2 mil empresas que terão suas atividades encerradas, sob pena de pagarem uma multa de um mil reais/dia.

Observamos o seguinte: esse não é um problema deste governo. Cresceu de forma desordenada, como a cidade. Aí, vêm os órgãos de controle, que defendemos. A Associação Comercial do Distrito Federal não defende a informalidade, não defende a favela, não defende a desordem. Você entra nas empresas e, naturalmente, a parte interna está maravilhosa. Mas, quando você sai para a parte externa, algumas nos envergonham.

É lógico e evidente que o Iphan é um órgão de controle, é um órgão que aí está para fiscalizar, para buscar algumas alternativas. O Ministério Público também tem seu papel. Mas, com todo o respeito, acho que eles precisam, sim, sentar com o setor produtivo, sentar com o governo, sentar com o Iphan e acabar de vez com esse terrorismo causado em todo o setor produtivo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	6

Então, observem: se já temos, hoje, dentro do Plano Piloto, na rua, aproximadamente mil estabelecimentos interditados ou desativados, com os comércios que se organizam em torno do Distrito Federal, levando uma grande gama de consumidores, o que nos restará?

Aproveito esta oportunidade para fazer um registro, pois temos aqui, como o senhor bem disse, diversas entidades, diversos órgãos, diversos representantes, entre os quais do próprio Centro de Convenções: é de conhecimento de todos que, quando estiveram aqui os prefeitos, havia ali não sei quantas mil pessoas, dois ou três dias depois do incidente que aconteceu em Santa Maria, e a Presidenta Dilma Rousseff fez alguns comentários. Ela disse: “É um absurdo eu estar dentro de um estabelecimento como este, sem alvará de funcionamento”.

Então, o pequeno estabelecimento recebe a visita da Polícia Militar, da Polícia Civil, da imprensa, do fiscal, e coloca na mídia como o senhor disse. Eu pergunto aos senhores: será que não é um pouco de sensacionalismo?

Nós temos aí uma bomba-relógio bem próxima da gente. O próprio Setor Comercial... tantos outros órgãos, como é do conhecimento de todos – o aeroporto não tem alvará de funcionamento. E a lei tem sido aplicada – pelo menos é o sentimento que nós temos – de forma praticamente pontual em cima do mais fraco, do menos favorecido.

Observem a complexidade da coisa: em todas as favelas do Rio de Janeiro, todo e qualquer botiquim daqueles tem alvará de funcionamento. No Distrito Federal nós temos essa preocupação.

Eu gostaria de fazer um registro aqui e parabenizar o nosso Administrador Carlos Jales. Eu ouvi dele: “O gestor público não pode ter medo de gerar emprego”. Espero que ele esteja praticando. Ele me disse que não mediria esforços, não saberia quantos processos iria responder, mas não deixaria um estabelecimento que não tivesse nenhum risco sem alvará de funcionamento. Então, como administrador, eu acho que ele tem sido audacioso e, pelas informações que tenho, os problemas de Taguatinga são bem menores do que os das demais regiões administrativas.

Acho que falta um pouco de sintonia entre os órgãos de controle – governo, Ministério Público, o próprio setor produtivo, o entendimento da comunidade – para que possamos avançar e resolver de vez.

Tenho certeza absoluta, Deputado, de que todos nós estamos cansados de sentar e tentar buscar uma solução definitiva. Tenho certeza de que não faltará boa vontade deste governo. Pelo menos nas audiências em que estive com o Governador, levando as nossas reivindicações, S.Exa. disse, claramente, que não medirá esforços, juntamente com o Legislativo, para buscar uma solução definitiva para esse problema. O setor produtivo não aguenta mais viver um terrorismo sem saber em que momento o seu estabelecimento será encerrado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	7

Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para parabenizá-lo pela iniciativa e colocar a Associação Comercial à inteira disposição de todos vocês para aprofundarmos um pouco mais esse debate. Tenho certeza absoluta de que nós esperamos que esta venha a ser uma das últimas vezes que tratamos do mesmo assunto.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quero agradecer ao Presidente da Associação Comercial.

Quero registrar a presença do Sr. Carlos Jales, Administrador de Taguatinga; do Sr. José Benevenuto, Administrador do Park Way; do Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto, Administrador do Cruzeiro, e da Sra. Juliana Correa, representante do Administrador do SIA.

Neste momento, passamos a palavra ao Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal, Senador Adelmir Araújo Santana.

SR. ADELMIR ARAÚJO SANTANA – Boa tarde a todos e a todas. Saúdo o Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e Presidente desta reunião, Deputado Chico Vigilante, em nome de quem saúdo todos os demais componentes da Mesa.

Esse assunto, todos nós sabemos, é um assunto recorrente e tem um pecado original, o pecado original da própria criação da cidade. Se nós fizermos uma retrospectiva dessas discussões, vamos ver que há mais de vinte anos que se discute a questão dos puxadinhos, por exemplo. Onde está o pecado original? Na própria definição dos setores da cidade. Se nós pegarmos, por exemplo – eu vou citar um exemplo muito conhecido –, o Setor de Rádio e TV da cidade... Vou pegar um mais conhecido ainda: o Setor Gráfico da cidade. O que menos existe, hoje, no Setor Gráfico é gráfica. Tem igreja, tem academia, tem escola, escritórios, restaurantes, e todos funcionando sem a devida regularidade, porque o ambiente de funcionamento discorda do ambiente em que ele existe.

A questão dos puxadinhos: se nós fizermos uma retrospectiva dentro da própria Associação Comercial, isso vem de uma luta antiga de Lindberg Aziz Cury, há mais de vinte anos. Avançou muito quando esta Casa aprovou uma lei dando as diretrizes de como deveria ter sido resolvida essa questão, mas uma lei com tempo de validade que estabelecia um prazo x para serem feitas as adequações dos projetos arquitetônicos, essa coisa toda, para regularizar a questão dos puxadinhos... Os puxadinhos são típicos do pecado original. A cidade foi feita com um setor comercial local para atender às quadras. Quem é mais antigo aqui sabe – eu estou aqui desde 1963 – que cada quadra dessas tinha uma peixaria, um açougue, uma sapataria, alguém que consertava coisas, e isso tudo foi modificado pelo próprio crescimento da cidade. O próprio acesso ao setor comercial local não era para ser



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	8

como é hoje. Aquelas ruas que hoje são de estacionamento seriam ruas de acesso para reabastecimento, e as lojas teriam que abrir para o interior das quadras residenciais, atendendo exatamente à definição de comércio local sul e comércio local norte. O Estado foi conivente e foi deixando as empresas ampliarem, abrirem para o lado contrário e não para o lado definido. E diz aqui o Cléber que são mais de 240 blocos, mais de 2.600 lojas que funcionaram nesses trinta anos com o advento de um alvará chamado provisório. Aí vem o Ministério Público e destitui o alvará provisório, dizendo que tem que ser alvará definitivo.

O pecado original desta cidade é tamanho que nós temos regiões administrativas que não têm certidão de nascimento. Como Riacho Fundo II, diz aqui o Deputado. O Paranoá não tem certidão de nascimento – acho que hoje já tem, não sei. Há uma região de Brazlândia, a Vila São José, e outras vilas que também não têm. Então, se não tem a própria certidão de nascimento, como é que vai ter a certidão de casamento, a identidade, e, no fim, como é que vai ter o alvará? Só que a população vai morar e, aí, abre-se logo uma igreja, um banco, uma mercearia, uma padaria e uma farmácia que precisam atender essa população. A população tem dor de barriga, tem unha encravada, quer comprar pão e leite, e o comerciante, o empreendedor vai atrás disso, atrás desse consumidor. Consumidor esse, como disse o Deputado, que vai gerar as contribuições através da carga tributária e os empregos.

Em última análise, é o consumo que vai produzir todo esse anel, toda essa linha de produção dos empregos e dos produtos.

Portanto, meu caro Deputado, sobre esse assunto, eu até disse ao Cléber e aos meus companheiros: eu já não tenho mais nem discurso para falar sobre isso. Quando saiu a lei que dava o prazo, nós tivemos o cuidado lá na Federação do Comércio de redigir uma cartilha de comum acordo com o governo, bancada pela Federação. Convidamos todos os empresários – mais de trezentos empresários nesse dia –, e o meu discurso naquela oportunidade foi o seguinte: “Gente, a partir de hoje, acaba a oportunidade de nós discutirmos mais essa matéria. Temos que atender à lei”.

E houve uma conquista, naquele momento, porque havia uma discussão aqui de que seriam quatro metros. Isso foi ampliado, inclusive o Sindivarejista fez uma força, e tivemos uma conquista de seis metros. Havia um entendimento de cinco, mas chegamos a seis metros, que era o limite máximo pelo qual todos lutavam há vinte e tantos anos.

Ora, todo o arcabouço estava pronto do ponto de vista jurídico. Havia, inclusive, no projeto e na lei alguns croquis de como deveriam ser os blocos, mas ao mesmo tempo, a lei definia que para se fazer o bloco tinha que ser em conjunto, o bloco inteiro. Tem bloco que tem onze lojas. Essas onze lojas pertencem a onze proprietários diferentes. Muitos deles nem moram na capital. Moram talvez em Paris,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	9

vivem de aluguel. São pessoas que vivem de rendimento de capital ou rendimento patrimonial.

Para se fazer esse projeto, para se fazer essa alteração, teria que se ter a anuência – a lei diz – dos proprietários das lojas. Aí, o que aconteceu? Houve uma revalidação da lei. Era uma lei temporária. Depois houve uma revalidação e, até hoje, quatro lojas fizeram as adequações existentes. Isso não é nem um bloco inteiro. Encontrar um caminho cabe naturalmente aos legisladores, ao Poder Executivo, aos fiscalizadores. Eu não sei qual o caminho.

Todas as vezes em que se defende isso, alguns colocam logo que estamos defendendo invasão de área pública, estamos defendendo grandes proprietários e, muitas vezes, dizem que somos contrários aos pequenos. A verdade é que se formos praticar o que a legislação existente prevê, se os organismos fiscalizadores resolverem não conceder qualquer tipo de licença de funcionamento, vai ser um caos, porque 242 blocos, 2.662 lojas estarão desamparadas de uma legislação mínima para funcionar. Não se sabe. Isso, na pior das hipóteses, pode significar 10 mil a 12 mil desempregados e, certamente, parte da população desassistida das suas necessidades da padaria, da farmácia, da pequena mercearia.

Eu pego aqui o exemplo de V.Exa., Deputado Chico Vigilante, da catástrofe de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. A gente viu uma verdadeira comoção pública. A imprensa, as pessoas atrás de solução, quando, na verdade, o que precisa ser modificado, eu diria, neste caso, é o próprio plano de negócios. Imaginem os senhores que, quando você chega a um teatro para assistir a uma peça teatral, antes do início da peça, são anunciadas as várias saídas de emergência no lugar em que você compra o bilhete com número marcado. Você vai ali para assistir a uma peça e não para fazer uso de bebida alcoólica.

Então, o plano de negócios hoje – não é o daqui da nossa cidade, não, é do País inteiro – está errado. O sujeito prepara um ambiente para as pessoas beberem, se divertirem, e o empresário, naturalmente, cria mecanismos para receber os seus recursos, para não deixar o cliente ir embora sem pagar, para não deixar de pagar a consumação.

Então, tem que mudar o plano de negócios. Não pode ser assim. Ou ele paga antes um valor alto – não sei quanto – com direito a consumir, ou consome fora. Do jeito que está, o risco será sempre iminente.

Dei apenas alguns exemplos. Necessidade de mudança de plano de negócios, de planos arquitetônicos das lojas. Tudo isso são problemas que nos afligem. Afligem-nos e afligem a população. É claro que os empresários que estão ali não estão atrás de ampliar os seus espaços físicos do ponto de vista imobiliário, até porque não são proprietários de fato dessas lojas. Os proprietários são outros. Muitos, é claro, são proprietários de suas próprias lojas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	10

Houve uma tentativa no passado de pagar uma taxa de ocupação. Isso perdurou por algum tempo. Pagou-se essa taxa de ocupação. Agora, o que não se pode fazer é deixar de atender à necessidade da população, com o funcionamento da padaria, da farmácia, da mercearia...

Temos que encontrar um caminho. Cabe naturalmente ao Poder Legislativo, ao Poder Judiciário, enfim, aos poderes constituídos encontrar um caminho. Eu, certamente, não saberia indicar qual é esse caminho. Sei apenas que onde tem povo, onde tem consumidor, o empreendedor, o empresário de comércio e serviços buscará montar o seu negócio. E até mesmo, sem nenhum demérito, o pregador buscará montar a sua igreja.

Então, eu não sei o que vamos fazer, mas esse é um assunto que se discute há muito e muito tempo. Vejo com bons olhos a sua preocupação como homem de governo, como homem do Poder Legislativo, com a força que tem, com a sua visão – como bem disse aqui o nosso antecessor – até empresarial da geração de emprego e renda. Temos de buscar uma solução. Não é possível que tenhamos uma avenida inteira, como no Paranoá, por exemplo, sem alvará; não é possível que tenhamos o comércio local – porque está invadindo área pública – sem a possibilidade de renovação da sua licença de funcionamento. É necessária a existência desses estabelecimentos e, naturalmente, é necessário que haja a regulação do Estado, mas temos de buscar uma solução alternativa.

No passado, como eu disse, isso era protegido pelo manto do alvará provisório, que foi cassado pela Justiça, pelo Ministério Público.

A caminho daqui, pensei que nem teria discurso para isso, não sabia nem o que eu iria dizer, mas o Deputado Chico Vigilante é uma pessoa por quem tenho uma deferência muito especial. Então, decidi vir atendê-lo e dizer da nossa preocupação – caro Deputado, senhores da área de fiscalização, Corpo de Bombeiros, Vigilância –, da necessidade de atendermos à população.

Não sei como, mas vamos fazer, dentro de um processo de regulação, com que todos nós tenhamos um mínimo de segurança para os investimentos dos nossos negócios, como também para dar segurança à população, pois o Estado tem nesses estabelecimentos, nessas empresas, a fonte da sua subsistência, que, em última análise, é a cobrança dos impostos.

Dentro do debate, se eu puder dar mais alguma contribuição, estarei aqui às ordens. São essas as minhas palavras iniciais.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Dr. Adelmir Santana, Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal.

Registro, com satisfação, a presença do Deputado Rôney Nemer, que sempre faz questão de dizer: “Eu estou Deputado. Eu sou mesmo é um urbanista”; do Sr.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	11

Wander Azevedo, Administrador do Lago Sul; do Sr. Célio Rodrigues, Presidente da Associação Comercial de Planaltina; do Dr. Jonas Leite, representante da Administradora Geral do Riacho Fundo II; do Sr. Hugo Gutemberg, Gerente de Licenciamento da Administração Regional do Paranoá; do Sr. Ivanildo Dias, Diretor de Obras da Administração do Lago Norte; do Sr. Antônio Matias, dirigente da Federação do Comércio do Distrito Federal.

Passo a palavra ao Presidente do Sindicato do Comércio Varejista, Dr. Antônio Augusto de Moraes.

ANTÔNIO AUGUSTO DE MORAES – Boa tarde a todos e a todas. Prezado Presidente Chico Vigilante, eu quero também, nesta oportunidade, aproveitar para cumprimentá-lo pelo convite que nos foi feito, principalmente pela maneira como foi expresso. Dizia o convite que o objetivo era debater o tema e construir coletivamente uma solução definitiva com relação aos alvarás. Acho que esse é o ponto principal desse encontro em que o setor produtivo e os setores do governo que atuam nessa área tentam realmente encontrar um caminho para solucionar de uma forma definitiva essa situação de insegurança, insegurança jurídica, inclusive, para poder operar dentro dos patamares necessários e da legalidade.

Percebemos que muitas empresas, pequenos empresários, deixaram suas atividades individuais para se estabelecerem, para realmente constituírem uma empresa dentro da formalidade. Já a primeira barreira que eles encontram, muitas vezes, está exatamente na possibilidade de ter o seu alvará de funcionamento. Isso tem – é o que nos preocupa, Sr. Presidente – causado uma preocupação muito grande, porque muitos dos empresários estão deixando de ter o seu negócio, a sua atividade, em virtude já dessa dificuldade que eles encontram de regularizar essa situação.

Mais grave ainda é a informação de que empresas de fora, que poderiam estar vindo para Brasília, encontram certas barreiras não só no aspecto do alvará, mas na área de instalação de suas atividades dentro do Distrito Federal, pelas grandes dificuldades que os órgãos daqui apresentam quando do seu projeto de instalação.

Eu pouco tenho a acrescentar ao que já foi dito pelos dois companheiros que me antecederam, principalmente ao meu presidente Adelmir Santana, de quem sou um soldado dentro do Sindicato do Comércio Varejista, que pôde expor praticamente todas as dificuldades que o setor vem encontrando.

Entendemos, como o Presidente Deputado Chico Vigilante colocou com muita propriedade, que o comércio do Distrito Federal, em termos de arrecadação – comércio e serviços –, representa mais de 80% da arrecadação do Governo do Distrito Federal. Eu acho que cabe ao governo tomar certos cuidados com o nosso setor, que dá emprego e renda, que recolhe os seus impostos, que permite a implantação de empreendimentos que utilizam mão de obra da construção civil, da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	12

construção de instalações, e de muitos outros setores que se agregam à construção de um imóvel, de um estabelecimento. Isso não pode deixar de acontecer no Distrito Federal.

Foi colocada aqui também a questão dos puxadinhos, e nós tivemos a oportunidade de acompanhar o assunto há muitos anos. Eu estou estabelecido em Brasília desde 1964. São quase cinquenta anos de estabelecimento no Distrito Federal. Vimos acompanhando de perto essa questão do puxadinho. Até o Presidente Ademir Santana nos delegou poderes para acompanhar junto à Administração Regional de Brasília a questão dos puxadinhos. Estivemos até com o nosso Presidente Pires na semana passada, na administração regional, onde pudemos colocar essa preocupação da exiguidade do tempo que temos para regularizar a situação dos puxadinhos – até o final de abril. Vamos ser bastante práticos: se de 2.600 estabelecimentos, apenas quatro conseguiram cumprir as exigências da administração regional, por meio dos órgãos de fiscalização que a compõem, há alguma coisa errada.

Nós não podemos entender por que o lojista que tem custos de projeto, custos de documentação, custos para acompanhar esses processos, custos para contratar despachantes para acompanhar os processos – processos que têm três, quatro anos rolando dentro da administração – não consegue cumprir todas as exigências. E o mais grave ainda é que nós, sempre que resolvemos uma das exigências, vemos aparecer outra.

Nós tivemos, como o Santana colocou, além da assinatura do proprietário... Há casos de espólio, de pessoas que moram no exterior, com dificuldade enorme, e têm de pegar assinatura de, no mínimo, seis lojistas de cada bloco. É coisa incrível! Agora, há um ano, veio uma exigência de que a mulher do proprietário, a esposa também tem que assinar. Mais recentemente veio outra exigência: cada lojinha, com 35 metros – são lojas de três e meio por dez – é obrigada a ter um banheiro para portadores de necessidade especial. Não dá para acreditar que isso seja uma coisa coerente. Como pode um elemento que tem uma loja de apenas 35 metros de área de venda instalar um banheiro para portadores de necessidades especiais, que tem, no mínimo, 3 m², o que chega a ser quase 10% do valor? Um banheiro dentro de um local de venda não é uma coisa factível.

Então, o que estamos percebendo, e tivemos a oportunidade – o Cléber estava presente – de falar com o Sr. Administrador é que houve uma vontade política dos governadores. Nós notamos isso desde o Governo Cristovam. Nós acompanhamos o primeiro projeto que saiu, que depois teve problemas com Adin no Ministério Público, mas foi o projeto inicial, em que quase todos os lojistas, naquela época, já pleiteavam ampliação de seu estabelecimento, e nós fomos um deles. Isso foi há quase quinze anos no Governo Cristovam. Fizemos isso naquela oportunidade e estamos funcionando até hoje. Não tivemos nenhum problema no decorrer desse tempo todo com qualquer órgão, CEB, Caesb, telefonia...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	13

Todas essas aplicações que foram feitas foram perfeitamente atendidas, e eu não tenho alvará de funcionamento definitivo. Estou estabelecido há 22 anos nessa loja da 304 sul, mas infelizmente estou numa situação irregular. Eu, presidente de uma entidade com mais de 28 mil lojistas pertencentes à nossa base. No nosso setor são 80 mil funcionários do setor varejista – os 160 seriam de todos os demais setores. Portanto é uma situação bastante difícil, mas temos que ter uma vontade política também.

Existem empreendedores errados? Concordo, existem. Existem abusos? Existem abusos. Mas vamos ver se são situações que podem ser solucionadas, que podem ser resolvidas. Acho que com critério e certa flexibilidade em alguns pontos dessas exigências, nós conseguiremos realmente atender a tudo. O principal objetivo nosso, quando solicitamos... no caso dos puxadinhos, a ampliação, não é só a vantagem de ter seu estabelecimento maior, é também de poder dar mais emprego. É constatado que cada loja, com sua ampliação, permite dar mais um emprego e meio, permite crescer o faturamento na ordem de 20%; é mais imposto que se está recolhendo. Então, são coisas positivas. Principalmente atender a comunidade, porque você, com um estabelecimento desse porte, não tem condições de prestar um serviço à altura do consumidor de Brasília, que é um dos mais exigentes.

Portanto, nessa questão, estamos sentindo, por parte do administrador e por parte também do setor, vontade de mantermos um contato com o governo, com o Governador, para que possamos encontrar realmente um caminho, contando principalmente com a compreensão dos órgãos fiscalizadores.

O que nos preocupa é que Brasília vem crescendo muito. Temos aí constatado que nossa população ultrapassa 2 milhões e 600 mil habitantes. Há necessidade de estabelecimentos comerciais, há necessidade de se criar emprego, de dar emprego, e, em janeiro e fevereiro, tivemos queda de contratações no setor de varejo. É verdade que, depois de dezembro, ocorre certo decréscimo, mas não nesses percentuais que nós tivemos neste ano.

Portanto, eu procuro e espero que realmente, Sr. Presidente, Deputado Chico Vigilante, consigamos, dentro dessa sua solicitação, coletivamente, encontrar uma solução definitiva que seja realmente o caminho que nós almejamos para nossa cidade. Eu sou carioca de nascimento, minha formação é paulista, mas já estou em Brasília desde 1964. Esta é a minha cidade. Meus filhos são todos brasilienses, meus netos – nasceu um agora, estou todo empolgado – são brasilienses, e a nossa família é toda radicada aqui no Distrito Federal. Portanto, Brasília é a minha cidade, e eu quero para Brasília o melhor que seja para todos nós.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Sr. Antônio Augusto. Quero comunicar que, durante as falas dos próximos oradores, o Cerimonial vai estar inscrevendo as pessoas do plenário que queiram falar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	14

Eu vou passar a palavra ao Sr. Walid de Melo, representante da Fibra e, em seguida, ao Deputado Rôney Nemer.

SR. WALID DE MELO PIRES SARIEDINE – Boa tarde, senhores. Presidente da comissão, Deputado Chico Vigilante, quero agradecer a oportunidade dada à Federação das Indústrias do Distrito Federal de poder estar aqui debatendo esse assunto de extrema importância para a nossa cidade.

Nós temos um entendimento na Federação das Indústrias de respeitar todas as instituições governamentais e de ser a favor, também, da missão nossa, que é a geração de emprego, juntando às palavras dos companheiros que compõem o setor produtivo.

Se a gente quer uma Brasília competitiva, realmente a gente precisa de instrumentos que venham contribuir com isso, considerando-se o zoneamento econômico, a questão da segurança jurídica e os programas, que às vezes a gente vê cassados pelo Ministério Público. Espero que a gente realmente consiga achar um programa que perdure, porque, sem essa segurança jurídica, as empresas acabam indo para o Entorno ou algo parecido.

A regularização e as licenças são de extrema importância para a gente. Acontece que essa lei que existe hoje, a Lei nº 4.457, tem alguns artigos que foram suspensos pelo Tribunal de Justiça. Então, a gente é a favor de que não se remende essa lei, mas que se proponha uma nova lei que faça a regularização, respeitando o PDOT, o uso, o tombamento de Brasília. Uma nova lei, a exemplo do Programa Ideas Comércio e Serviços. Essa é a contribuição da Federação das Indústrias.

Quero dizer aos senhores componentes da Mesa e, em especial, ao Sr. Presidente da comissão, que a indústria faz parte do processo produtivo, e, às vezes, o que a gente vem questionar é que, na falta dela, a gente acaba passando recurso, imposto para outro Estado. Toda vez que a gente tem uma indústria dentro do Distrito Federal, a gente tem arrecadação aqui dentro; toda vez que a gente tem uma indústria fora do Distrito Federal, como muitas estão, nós estamos repassando impostos para outros Estados. E Brasília continua crescendo, continua precisando de infraestrutura, e acaba que ela transfere esses recursos para os outros Estados. Então, realmente, precisa-se achar uma solução para que a gente tenha de volta isso ou que a gente regularize isso definitivamente.

Quero parabenizar o Deputado Chico Vigilante, dizer que a Fibra tem um compromisso maior ainda com este governo e que nós estamos à disposição. Que se considere, dentro desses fatores também, o que foi feito no Ideas, que eu acho que é uma solução. O Senador Adelmir Santana, Presidente da Fecomércio, disse que, às vezes, não há um ponto de partido. Talvez, o Ideas, como foi feito, seja um ponto de partida para a gente resolver essa situação.

Agradeço mais uma vez o convite feito e coloco a Federação das Indústrias à disposição para discutir esse tema.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	15

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Passo a palavra ao nobre Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Boa tarde a todos. Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentá-lo, Deputado Chico Vigilante, parabenizá-lo pela iniciativa e dizer a V.Exa. que eu fiz uma audiência com esse mesmo tema no ano passado. Por incrível que pareça, o governo não mandou nenhum representante para aquela audiência. Mas, mesmo assim, a gente fez a audiência, trabalhamos. E eu queria parabenizar V.Exa., Deputado Chico Vigilante, porque hoje vejo representantes do governo aqui. Acho que o governo enfim acordou.

E falo deste governo com o maior orgulho, porque tenho a honra de ser do bloco de apoio ao governo. Mas o que tem de ser criticado, tem de ser criticado. Porque, como eu disse e como V.Exa. também disse, eu não sou Deputado, eu estou Deputado. Eu sou arquiteto urbanista, concursado no Governo do Distrito Federal como auditor fiscal, nível superior.

Eu gostaria de cumprimentar o Subsecretário Chico Floresta; o Coronel Sales, do Corpo de Bombeiros; o Diretor da CEB, Mauro Martinelli; o Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, um amigo, Cleber Roberto Pires; o Presidente do Sindivarejista, Antônio Augusto de Moraes; o Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal, grande Senador Adelmir Araújo Santana, nosso amigo e parceiro; a Diretora de Normas Técnicas e Padrões Urbanos da Sedhab, Josiana Aguiar Wanderley, que também é uma amiga de muito tempo que eu não via – já trabalhamos juntos muitas vezes; o Diretor de Assuntos de Desenvolvimento Sindical e Relação do Trabalho da Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA, Walid de Melo Pires Sargedine.

Sr. Presidente, vou ser bastante breve. Essa é uma área em que o nosso governo está deixando a desejar, e muito – não é pouco não, é muito. Nós, um grupo de arquitetos e profissionais da área, reunimo-nos durante vários sábados e elaboramos um projeto de lei para resolver o problema de alvará, seja ele de construção ou de funcionamento. Principalmente porque, em várias cidades, não se faz nem registro em cartório. Então, é muito questionada essa questão do alvará. O alvará precário — como foi dito — foi cassado. Seja alvará precário, seja alvará de extensão de uso... Uma lei de extensão de uso também foi considerada inconstitucional.

No início deste governo, nós nos reunimos com vários técnicos do governo, num sábado, e elaboramos um projeto. Levamos esse projeto... E conversamos com o Ministério Público. No dia em que estivemos no Ministério Público, eu disse isso à presidente do Ministério Público. E entregamos esse projeto ao governo. E nunca houve uma resposta do governo sobre esse projeto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	16

Naquele projeto a gente buscou o seguinte: por que o Rio de Janeiro pode dar alvará nas favelas? Por que no Governo do Rio de Janeiro a lei permite e aqui a nossa lei não permite, se nós somos uma unidade da Federação? A mesma lei que vale para o Rio de Janeiro, vale para cá também! Mas aqui a lei foi considerada inconstitucional. Se não tiver o domínio da terra, não pode ter o alvará. Por que lá as favelas podem? O Deputado Chico Vigilante é testemunha de que eu falei a respeito disso no Ministério Público para a presidente. Por que algumas coisas nos outros Estados não são consideradas inconstitucionais e aqui no DF é diferente? Por que em Curitiba várias situações que temos – por exemplo, fora de zoneamento – também são permitidas? Aqui temos essa amarração de zoneamento.

Eu vou muito além do que são os puxadinhos. Tenho o maior orgulho de ter participado da lei que todos criticam hoje, mas que na época foi o que salvou os comerciantes. Salvou na época e salva até hoje, porque senão a maioria já estava fechada.

É muito fácil imputar fiscalização. Tenho o maior orgulho de ser auditor fiscal. O auditor fiscal nada mais é do que um oficial de justiça. O oficial não pune ninguém, não decide se vai prender alguém. Ele recebe um documento, entrega para alguém e diz: “Você está errado, estão te chamando lá. Vão te punir por isso e isso”. Essa é a função do auditor fiscal.

Nós não fazemos as leis, nós somos o mensageiro da má notícia. E fica todo mundo jogando a culpa na Agefis, como se os fiscais tivessem culpa de tudo. Não é essa a realidade. É muito cômodo ser administrador regional, acionar a Agefis para agir e depois bancar de bonzinho e dizer: “Não, eu não mandei nada”. Por isso que hoje, graças a Deus, a Agefis age por determinação do governo mediante ofício. Tinha muito gente jogando para a galera!

E não é só nos puxadinhos. Os puxadinhos representam a área tombada, o Plano Piloto. É mais complexo. E as outras cidades? Eu penso que essa violência toda que está aí assolando o Distrito Federal é muito por isso.

Na audiência que eu fiz aqui na Casa como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Sustentável, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, teve empresário da construção civil que disse que já mandou mais de 10 mil trabalhadores embora porque está com projeto nas administrações regionais há um ano e oito meses, há dois anos, e não consegue a aprovação, o alvará de construção. São mais de quinhentas obras paradas. E aí – a gente tem que criticar, mas também falar – o Secretário Berger, através dos concursos, contratou novos arquitetos, engenheiros, montou um grupo, e, depois dessa audiência pública, fez até um decreto. Por um lado eu achei ruim, porque eu acho que essa prerrogativa ou essa competência é da Sedhab, do Secretário Magela com sua equipe, mas ele puxou para a Coordenadoria das Cidades e aí tem hora que não dá para pensar de quem é a atribuição. Fez para melhorar, mas algumas coisas não foram deixadas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	17

claras. Chamou para a Coordenadoria das Cidades, chamou para a Secretaria de Governo uma responsabilidade, e o que os analistas de projetos nas administrações fizeram? “Vou mandar tudo pra lá”. Antes mandavam à consideração superior para aprovar um projeto, porque havia questionamento. Muito da lei é interpretativa, como foi dito aqui sobre o banheiro para deficiente numa área que não tem condição. E não é só banheiro, não. Eu falo fazendo *mea-culpa*. Em nove cidades eu ajudei a botar norma. Em algumas, há um lote em que, às vezes, manda-se que tenha garagem interna e não tem como fazer o giro, o raio para o carro entrar e sair. Então, são erros passíveis de serem corrigidos. A Administração mandava para a Coordenadoria das Cidades, e a Coordenadoria das Cidades dizia: “Concordo, pode aprovar”. Mas o aprovador aqui dizia: “Não, ele não tem o poder de mandar eu aprovar”. Então, ficavam nessa dúvida. E coitado do pessoal do setor produtivo. São os empresários que geram emprego. Aqui eu não quero defender empresário, eu não sou empresário, mas eu acho que precisa haver isso dentro da legalidade, viu, Chico? Por isso eu queria parabenizá-lo, porque geram emprego, e geração de emprego combate violência. Não adianta botar polícia na rua.

Ontem um empresário no Setor Comercial, Cleber, me chamou, e eu fui almoçar com ele. O tanto de *crack*, Deputado Chico Vigilante, às 9 e meia, 10 horas da manhã; as pessoas se prostituindo e *crack* ali em baixo, naqueles becos ali por baixo do Setor Comercial Sul. Até liguei para o Daniel, que prontamente disse que o governo já está com um plano e vai lá fazer uma reunião – Daniel Seidel, Secretário.

Então eu queria parabenizá-lo, Chico, e dizer que eu acredito que o Agnelo e o Filippelli têm que tomar uma decisão. Não dá para ficar patinando nessa questão. Não adianta dizer que foi considerado inconstitucional e que não adianta fazer lei. Se nos outros Estados adianta, por que aqui não adianta? Se nos outros podem dar alvará em uma favela, em que ninguém é dono de nada... E lá funciona, porque as pessoas não vão morar sem o pão, sem o leite, sem a farmácia, sem nada. É normal: onde tem gente morando, vai aparecer comércio. Essa é a dinâmica do urbanismo, normal, é da cidade. Então, eu queria parabenizá-lo e dizer que eu teria o maior prazer, junto com você, de saber onde foi parar esse documento que, à época, o Agnelo disse que ia encaminhar lá para a Sedhab. Estou externando que eu participei desse documento. Na época eu nem quis externar para não gerar ciúme, porque ciúme em política é a coisa mais triste que tem. Aliás, ciúme demais, em tudo, até na vida amorosa, faz mal – um pouquinho é bom para apimentar a relação.

É preciso que a gente tenha coragem e sente com o Ministério Público, como nós fizemos naquele dia. Você lembra? Falei ao promotor: por que aqui em Brasília, em São Sebastião, por exemplo, no Riacho Fundo II, onde não há dominialidade da terra, não há documentação registrada... E vai fechar o olho para dizer que lá não tem comércio? Está fechando o olho, porque lá tem comércio, é só passar na pista e ver. Vai fechar tudo, vai gerar desemprego, o que vai fazer? Vai estourar a violência. E pode botar a polícia na rua, porque a violência doméstica, a de dentro do lar,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	18

muitas vezes acontece por falta de emprego, por miséria, por fome, e a polícia não consegue chegar até lá. Para a miséria do *crack* lá, não é polícia na rua. É um trabalho desses, é dar opção, é dar condição de vida, dar horizonte para os nossos jovens para que eles tenham perspectiva.

Eu não vou me estender muito, não, mas eu queria, Chico, parabenizá-lo e dizer que, na próxima reunião com o Governador, eu vou provocá-lo para que a gente possa efetivamente sair do diálogo, sair do discurso. A Luos ia minimizar isso muito, muito. O PPCUB também ia resolver boa parte, porque, quando se fala que as boates de Brasília não têm alvará de funcionamento, os lugares de entretenimento, como quando deu aquela crise lá... Porque o Brasil vive de episódios. Quando tem um negócio desses, todo mundo: "Oh!". Daqui a pouco cai no esquecimento, e a coisa continua. Infelizmente, é assim que o nosso país funciona muitas vezes.

Mas em Brasília é diferente, porque aqui, muitas vezes, quando uma boate ou uma casa de entretenimento não tem alvará, não é porque elas têm problemas com o Corpo de Bombeiros, mas porque elas estão fora de zoneamento. Então, não se pode colocar todo mundo no mesmo balaio. Uma casa de entretenimento, uma boate no SIG às vezes tem tudo, tem autorização do Corpo de Bombeiros, tem tudo do ponto de vista estrutural, do ponto de vista de construção civil, mas ela não pode receber o alvará porque está fora do zoneamento. Ela oferece algum risco para alguém que frequenta essas boates? Então, eu sou totalmente a favor do tombamento, mas um tombamento não radical. Até porque Lúcio Costa, quando veio a Brasília, fez a *Brasília Revisitada*. Ele criou Brasília e muitas coisas ele percebeu que não deram certo. Então, no *Brasília Revisitada* ele permitiu muitas outras coisas que no projeto original de Brasília não eram permitidas. Será que, se ele estivesse vivo e viesse a Brasília de novo, ele não faria uma *Brasília Revisitada II*? A cidade tem o seu crescimento, a sua dinâmica. Eu mesmo projetei várias cidades. Na cidade onde moro, que é o Recanto, nós projetamos uma via para o transporte público passar e outra via que não era para ser comercial, que não era para o transporte público passar. Mas não adianta, a Avenida Potiguar, no Recanto das Emas, é muito mais forte do que a Avenida Buriti. O comércio se instalou lá e não há quem tire. Então, é esse tipo de coisa que temos que rever.

Eu estou vendo aqui a Josi, que é uma pessoa que trabalha há muito tempo nessa área. Eu tive a oportunidade de trabalhar com ela durante vários anos. O Deputado Chico Floresta está lá também trabalhando nessa área. Ele tem conhecimento e já foi Deputado desta Casa por vários mandatos. Mas esperamos que a Sedhab assuma essa competência que é dela e, efetivamente, mande um projeto e faça essa composição com o Ministério Público. Por que os outros Estados podem ter alvará precário? Por que eles podem ter alvará provisório enquanto aqui, no Distrito Federal, nós não podemos? Esse é o grande questionamento. Aí sim, o setor produtivo vai poder gerar emprego, vai poder gerar riqueza, porque gera



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	19

impostos. Então, efetivamente, eu acho que a gente vai diminuir esse gráfico da violência.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Deputado Rôney Nemer.

Nós tivemos uma audiência pública aqui que debateu a questão das feiras. Então, nós fizemos um grupo de trabalho em conjunto com os feirantes. Nós elaboramos um projeto, que foi encaminhado pelo Executivo e, para a nossa felicidade, Deputados Rôney Nemer, Washington Mesquita e Aylton Gomes, aquele projeto foi considerado constitucional. O Tribunal de Justiça acaba de julgá-lo, afirmando a constitucionalidade da Lei das Feiras. Nós vamos fazer a mesma coisa ao final desta comissão para encontrarmos uma saída para os alvarás. Nós temos que encontrar essa saída. Não podemos esperar mais. Eu tenho certeza de que V.Exa., com a experiência que tem, vai nos ajudar muito a encontrar essa solução.

Passo a palavra ao nosso companheiro, ex-Deputado Chico Floresta.

SR. CHICO FLORESTA – Boa tarde a todos e a todas. Em primeiro lugar, quero parabenizar, em nome do nosso Secretário, Deputado Geraldo Magela, a iniciativa do Deputado Chico Vigilante. Eu acho que no decorrer deste debate vai ficar bem clara a importância dessa sua iniciativa, porque, como disse muito bem o nosso Senador Adelmir, é um assunto recorrente. Eu, enquanto Parlamentar desta Casa, por vários anos vi muitos debates acerca desse assunto, e não se chega a uma conclusão. Na figura do nosso companheiro Chico, eu quero parabenizar também todos os companheiros que estão presentes nesta Mesa e que estão enriquecendo este debate.

Quando as medidas laterais, quando comer pela beirada não funciona, às vezes, é importante tentar entender o fulcro do problema, senão as medidas laterais vão continuar não funcionando. É preciso entender o fulcro e criar a condição corajosa de reverter e solucionar de vez o problema. Eu acho que se trata disso nessa questão. Nós temos um problema muito sério de irregularidade no Distrito Federal. Só para que os senhores tenham uma ideia, dados da CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal apontam que 20% dos brasilienses hoje vivem em ocupações irregulares, seja nos condomínios, seja nas cidades cujas casas não têm escritura, seja em favelas, seja em assentamentos. Vinte por cento da nossa população está nesta condição: 133 mil habitantes vivem em aglomerados subnormais, que são favelas, baixadas, grotas, e às vezes em condição de dignidade – eu tive a oportunidade de ver – e de humanidade abaixo daquilo que se espera ver no Distrito Federal. Pontas de quadra, casas de 5 metros quadrados onde moram oito pessoas; quer dizer, são situações graves que a gente vive no Distrito Federal, e são situações recorrentes. Porque continua um processo de invasão de terra no Distrito Federal, continuam também processos de grilagem de terra no Distrito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	20

Federal. E por mais que o governo se esforce para coibir esses processos, eles existem, e nós temos que entender que eles existem. Porque a solução desse problema tem que ser uma solução realmente global.

A orientação do nosso Governador Agnelo é a de buscar a regularidade. Com a regularização das cidades, nós, colateralmente, vamos ajudar a resolver esse problema. Com o esforço que nós fizemos em relação ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, nós, colateralmente, estamos ajudando a resolver esse problema. Com a Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS, e o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico – PPCUB, que oportunamente serão objeto de debate nesta Casa, essas medidas de governo estão no sentido de ajudar a resolver esses problemas específicos.

Nós temos algumas prioridades em relação às cidades, Deputado Chico Vigilante. Por exemplo, no Riacho Fundo, é resolver o problema dos lotes compartilhados – tanto no Riacho Fundo I, como no Guará II, Recanto das Emas e Riacho Fundo II. Com recursos do PAC e do PAC 2, nós temos cidades como o Sol Nascente, Pôr-do-Sol, Estrutural, Varjão, Dnocs, QNR em Ceilândia, Mestre D'armas, Arapoanga, Buritis e Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Ribeirão.

Em pontas de quadra, nós temos processos de regularização em Sobradinho II e em Taguatinga. Temos aquela questão antiga dos becos no Gama, Brazlândia e Ceilândia, inclusive com leis que já foram aprovadas nesta Casa, e temos alguns casos específicos, que são grandes áreas, mas nós tratamos como casos específicos por suas peculiaridades: o Setor Primavera, em Taguatinga, a Vila Planalto, a Vila Cauhy, o Recanto das Emas. As áreas de desenvolvimento econômico, que têm que ser objeto de uma política de regularização, existem em várias cidades sem alvará, o que realmente prejudica o setor produtivo: Aris QNP 22 e 24, na Ceilândia, QNP 21 e 27, Aris Mansões Sobradinho I e II, Setor Residencial Oeste e Leste, Planaltina, Privê Ceilândia, QE 44 do Guará.

Nas cidades, nós estamos também empenhados no processo de regularização do Paranoá, São Sebastião, Riacho Fundo II, Itapoã e também nas vilas Telebrasília, São José de Vicente Pires, São José, em Brazlândia, e Basevi.

Somadas, são 49 áreas em que a Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano está buscando regularização, mas há uma das dificuldades desse fulcro que eu levantei, que é uma dificuldade cultural. Deputado Chico Vigilante, quando o Magela me convidou para a Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano e comecei a me inteirar dos procedimentos internos, eu vi que existe uma cultura muito estruturada, dentro não só dessa secretaria, mas também na do Meio Ambiente e de outras, em que se chegava ao ponto de não atender uma legislação federal.

Nós temos uma lei, a Lei nº 11.977, lei federal que ajuda no processo de regularização. Ela foi criada para isso, para ajudar nesse processo de regularização, e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	21

algumas pessoas diziam simplesmente que ela não se aplicava ao Distrito Federal. Eu ouvi isso de técnicos, de vários setores, de várias áreas.

Então, como é que existe uma lei federal que foi criada no intuito de ajudar e acelerar o processo de regularização e existe uma cultura antagônica a essa lei?

Nós tivemos de enviar para esta Casa uma lei para acolher a lei federal cedendo à cultura. Nós enviamos um projeto de lei a esta Casa, o que acabou redundando na Lei 4.996, que nos ajudou e vai nos ajudar imensamente agora no processo de regularização, Deputado Chico Vigilante. Ajuda muito! Infelizmente, ela foi objeto de uma ADI do Ministério Público, mas nós, o nosso setor jurídico – inclusive o nosso coordenador jurídico, chefe da Assistência Jurídica, Eblas Ávila, está aqui presente –, estamos confiante de que iremos superar essa ADI e aí vamos dar um passo largo no sentido de andar com a regularização. Porque a regularização, a definição das áreas de desenvolvimento econômico, a definição dos setores dentro da cidade, é todo um processo conjugado que precisa ser resolvido. Pontualmente é muito difícil que a gente resolva essa questão.

O Deputado Magela, nosso Secretário, está absolutamente empenhado. Tanto é que, logo no primeiro momento de sua gestão na Secretaria, ele começou o processo de discussão do PDOT, da Luos, para que realmente possamos dar um norte para esse debate. E acreditamos que vamos conseguir avançar.

Ao mesmo tempo, eu lembro que, quando fui Parlamentar aqui nesta Casa, existia o debate do puxadinho. Fizemos audiência, o Sindhobar apareceu em várias delas, mas também existe uma cultura que é a cultura de apropriação. É importante que os empresários entendam isso. É uma cultura de apropriação do tombamento da cidade. As pessoas gostam de Brasília como ela é. O tombamento é apropriado pela sociedade.

Quando fomos discutir a questão dos bares, muitas pessoas vinham à Câmara Legislativa reagir ao puxadinho de bares. E foi muita gente que veio aqui reagir ao puxadinho de bares! Por quê? A questão da incomodidade, a questão dos decibéis que precisavam ser considerados. A Secretaria do Meio Ambiente, inclusive, passou a andar com um decibelímetro medindo os índices de incomodidade da população causada pela música ao vivo.

Então, são várias circunstâncias que precisam ser consideradas. Porque essa cidade é também uma referência internacional pelo modo como ela é.

Eu tenho o exemplo de uma amiga que tinha uma lojinha na 411 e teve de se mudar, porque outra loja vizinha colocou uma oficina para geladeira, fogão, e ar-condicionado e tomou toda a calçada do bloco onde ela estava. Ela ficou espremida e teve de se mudar de lá.

Temos também problemas do lado do setor produtivo, muito bem lembrado aqui por alguns. Tem problema! Quer dizer, quando não há norma, quando não há



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	22

regras, as coisas também ficam sem possibilidade de mediação, e alguém sai prejudicado. E muita, como eu disse, muita gente nesta cidade se considera prejudicada pelo puxadinho até hoje. Isso é real! E se não partimos dessa realidade, não criaremos a massa crítica suficiente para alterar essa situação.

Então, do ponto de vista da secretaria – nós vamos ouvir a Josiana, que lá na secretaria é Diretora de Normas –, já que estamos aqui representando o Secretário Geraldo Magela, temos de rever, podemos rever... A Luos reviu muitas das normas em oitivas com a comunidade, em oitivas com a população. Então, tem de ser um processo amplo, democrático, um processo que não tenha apenas um lado da balança interferindo.

Eu confio muito nessa capacidade da democracia em buscar soluções, e também nesta Casa. A iniciativa do Deputado Chico Vigilante é importante, pois o Deputado Chico Vigilante é um Deputado de referência, não só aqui na Câmara Legislativa, mas em toda a cidade. Eu creio que essa iniciativa do Deputado pode, até porque o governo tem um grupo de trabalho, e a Josiana vai explicar, iniciar um processo de confabulação, vamos dizer assim, entre todos os setores, para a gente ver como avançar em medidas – talvez até um projeto de lei, como disse muito bem o Deputado Rôney Nemer, um novo projeto de lei – suplementares àquelas que já estão previstas no PDOT, na Luos e no PPCUB. Há uma grande disposição do Deputado Magela e do Governador Agnelo. Existe até uma determinação do nosso Governador, para que a gente atue buscando uma solução para esse problema, que é de muitos anos, recorrente, como foi dito aqui. Mas, por meio do diálogo, com certeza chegaremos a uma solução.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao Deputado Chico Floresta.

Quero registrar a presença, até pedindo desculpas por ter demorado tanto, do nosso amigo, Presidente do Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Distrito Federal, Irenaldo, mais conhecido por Índio. É um companheiro nosso.

Quero convidar para fazer parte da nossa Mesa o Carlos Augusto, representando a Secretaria de Governo. Tenho certeza de que o Carlos Augusto vem com boas notícias.

Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Boa tarde a todos os presentes. Cumprimento o autor desta comissão geral, meu amigo, Deputado Chico Vigilante, Líder do Bloco PT/PRB, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, da qual, com muita honra, sou o Vice-Presidente; o Sr. Subsecretário de Regularização da Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano, Chico Floresta, o nosso Deputado; o Cel. Sales, representando aqui o nosso querido Cel.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	23

Lopes; o Sr. Diretor de Engenharia da Companhia Energética de Brasília, Mauro Martinelli – obrigado pela prestatividade e pela atenção nas vezes em que tenho ido ao seu gabinete, pelo respeito e pela consideração que o senhor tem tido com esta Casa e com o povo de Brasília; o meu amigo Cleber Roberto Pires, hoje Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal – ela está em muito boas mãos, muito bem representada por sua pessoa; o nosso Presidente do Sindivarejista do Distrito Federal, Antônio Augusto de Moraes, a quem manifesto meu carinho e meu respeito, e o meu amigo Senador Adelmir Araújo Santana, nobre e ilustre cidadão de Brasília, que tanto fez por Brasília e pelo nosso país – é uma grande honra tê-lo mais uma vez nesta Casa; a Sra. Diretora de Normas Técnicas e Padrões Urbanos da Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano, Sra. Josiana Aguiar Wanderley – é uma satisfação revê-la; o Sr. Diretor de Assuntos de Desenvolvimento Sindical e Relação do Trabalho da Federação das Indústrias do Distrito Federal, Sr. Walid de Melo Pires Sargedine. Na pessoa do Administrador Regional de Taguatinga, Carlos Alberto Jales, cumprimento aqui todos os administradores regionais, todos os representantes da sociedade civil organizada e também o nosso amigo da Secretaria de Governo.

Deputado Chico Vigilante, o momento é muito oportuno. Há poucos dias, tive a honra de presidir uma audiência pública para debater a segurança nas casas de *shows*, nos eventos em Brasília. Foi uma audiência de uma riqueza muito grande, e espero que tenha os efeitos necessários por meio de uma legislação.

Acho que vamos receber boas notícias aqui, no dia de hoje, do nosso representante da Secretaria de Governo. Acredito que o Governo do Distrito Federal, a Câmara Legislativa, que é o órgão fiscalizador representativo da população do Distrito Federal, a Casa Civil, a Coordenadoria das Cidades, as administrações regionais e o Corpo de Bombeiros possam, em uma ação conjunta e efetiva, encontrar um norte para essa questão, já que estamos no governo da mudança. Eu, particularmente, acredito nessa mudança. Não ajudei a construir essa mudança. Fui eleito pelo PSDB, sempre mantive um carinho pelo Governador Agnelo, mas, na primeira oportunidade, não por abandono de partido, mas por não ter sido valorizado por membros daquele partido – a única exceção para mim, ali, é o Márcio Machado e mais umas duas ou três pessoas; o resto não merece nem o meu respeito –, fui para o PSD, a fim de ter essa condição de trabalhar pelo desenvolvimento de Brasília.

Hoje, é com muito orgulho que sou da base de apoio. Acredito nas ações do Governador Agnelo, que tem feito muito. Brasília já começa a reconhecer todos os investimentos públicos. Toda a restauração da nossa cidade está sendo feita em tempo recorde, no momento oportuno. Mas a questão, no que tange à licença de funcionamento, chegou ao limite, porque é triste vermos um pai de família, um gerador de emprego, um arrecadador de impostos, milhares de empresários de Brasília, que lutam e contribuem para o desenvolvimento da nossa cidade, na penúria, sofrendo uma ação, muitas vezes, injusta. Sei que o papel da Agefis, muitas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	24

vezes, é fiscalizador. Está certo. Ela tem que cumprir seu papel. Mas tem que cumprir também de uma forma respeitosa, pois, muitas vezes, assim não o é.

É preciso que o governo, neste momento, que é oportuno, já que é um governo de mudanças e que está agindo com a maior transparência, encontre um norte para dar dignidade a esse povo.

O Deputado Rôney Nemer questionou muito bem: por que não podemos mais conceder alvará ou licença provisória? Não podemos deixar, Deputado Chico Vigilante, que uma empresa baixe suas portas, deixe de gerar emprego, já que esse próprio empresário nunca deixou de pagar seus tributos, seus impostos. Quantas pessoas desempregadas temos hoje em Brasília? O governo chegou ao limite e também não tem essa responsabilidade social de resolver, por intermédio dos cargos comissionados, cargos públicos, a questão do desemprego. A questão do desemprego se resolve com a geração de emprego, com isenção fiscal, com benefício fiscal, como tem sido feito no Estado de Goiás e outros mais.

Ainda sonho que Brasília possa ter um pólo de desenvolvimento industrial não poluente e abrangente, para que possamos abrir as portas e os grandes empresários venham dos outros Estados para nos ajudar a resolver esse problema tão grave.

Fiz questão de vir aqui, mesmo com o compromisso que tenho no Senado da República, neste momento, para avaliar o gesto de V.Exa., Deputado Chico Vigilante, até pela sua experiência, pela bagagem e pelo compromisso com este governo. Afinal de contas, V.Exa. é um dos pilares construtores deste governo e tem sido um grande pilar também na Câmara Legislativa, no que tange à defesa do Governador Agnelo e principalmente a tudo que ele tem feito de bom para Brasília.

Parabéns!

Creio que nesta comissão geral vamos ter um norte para dar dignidade e o respeito que o empresário de Brasília merece, aqui tão bem representado pelo Senador Adelmir Santana e pelo Cleber Pires. O empresário não pode ser visto como marginal. Eu já fui empresário. Naquela época, já fiquei sem alvará de funcionamento, correndo o risco de o meu estabelecimento ser fechado. Eu gerava mais de cinquenta empregos. Não sei nem a quantidade de impostos que eu arrecadava. Isso não é justo.

Portanto, quero parabenizar V.Exa. O momento é muito oportuno. Tenho a certeza de que o Governador Agnelo Queiroz dará essa resposta à sociedade de Brasília, principalmente ao empresariado local.

Estou aqui porque confio e acredito nele. Tenho certeza de que, por meio do comando de V.Exa., teremos uma solução.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	25

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Washington Mesquita. V.Exa. tem sido um Deputado exemplar nesta Casa na defesa das boas causas. V.Exa. tem ajudado muito na governabilidade, na correção de rumos nesta Casa. Eu digo que V.Exa. é um grande parceiro.

Concedo a palavra ao representante da Secretaria de Governo, Sr. Carlos Augusto. Conforme eu disse anteriormente, ele trará boas notícias hoje.

SR. CARLOS AUGUSTO – Boa tarde a todos; boa tarde, Exmo. Sr. Deputado Chico Vigilante, Presidente desta comissão, em nome de quem cumprimento todos os integrantes da Mesa; boa tarde, Plenário, seus integrantes, Exmo. Deputado Washington Mesquita.

Tive a honra de participar, duas semanas atrás, como o Deputado falou, de duas audiências aqui na Câmara Legislativa para tratar deste assunto de licenciamento e funcionamento.

Naquela oportunidade, eu trouxe algumas informações da Secretaria de Governo a respeito da propositura legislativa que já está tramitando. Está conosco, especificamente, na Corregedoria Jurídica da Secretaria de Governo.

A orientação do governo, neste momento, é pegar o projeto de lei para fazermos uma análise técnica, do ponto de vista jurídico e também de outras especialidades e especificidades, como da Sedhab, da Terracap, da Defesa Civil. E algumas reuniões bilaterais internas já ocorreram. Então, já temos proposições sempre com a finalidade de aperfeiçoar a Lei nº 4.457, pois ela está fulminada de inconstitucionalidade em diversos artigos. Para suprir esses artigos de inconstitucionalidade, não basta apenas reeditar uma nova lei – seria, se não me engano, a terceira, quarta ou quinta a ser derrubada pelo Tribunal de Justiça – porque eles entendem que não é permitida essa licença eventual, provisória, precária. O nome sempre sendo alterado, porém, a natureza é a mesma, inconstitucional. Nessas áreas que são dependentes de regularização fundiária, não é possível porque são vinculadas ao habite-se.

Então, com essa proposta, estamos fazendo estudos – dentro do que for possível, pegando os entendimentos do Tribunal e do Ministério Público – para tentar amenizar esse aspecto e sensibilizar. É claro, sempre haverá questionamentos jurídicos, mas pelo menos teremos uma defesa na nossa legislação.

Estamos praticamente finalizando essa etapa, Deputado. Em duas ou três semanas, vamos chamar a sociedade para debater. Não vai ser uma legislação que vai sair de lá... Como eu já coloquei em outra oportunidade para o Deputado Washington Mesquita, a orientação é chamar os grupos da sociedade organizada, os empreendedores, e conversar, apresentar essa proposta. Atualmente, eu considero essa minuta já bem adiantada do ponto de vista técnico, porém ainda falta chamar a sociedade, e chamaremos assim que estiver pronta para essa discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	26

Esse é o posicionamento atual.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ao final da nossa reunião, certamente eu vou propor que esse grupo – Fecomércio, Federação das Indústrias, Associação Comercial do Distrito Federal e Sindicato do Comércio Varejista – seja o primeiro a ser chamado para debater esse assunto.

O segundo compromisso que estamos assumindo aqui é com relação aos puxadinhos. Eu já conversei com o nosso Secretário de Assuntos Parlamentares – e eu o chamo assim porque é uma pessoa realmente dedicada e com ele conseguimos resolver quase tudo –, o nosso companheiro Willemann, e estamos assumindo um compromisso com vocês, com relação aos puxadinhos, de que vamos falar com o Governador, e certamente S.Exa. vai nos ouvir, Deputado Washington Mesquita, Deputado Dr. Michel e Deputado Aylton Gomes. Vamos sugerir para que antes do dia 30, até o dia 15 de março, seja enviada uma proposta de prorrogação, porque o tribunal diz que a lei é constitucional e também diz que a prorrogação é constitucional. Portanto, queremos que seja encaminhada uma nova proposta para ser debatida com vocês num prazo que dê efetivamente para se cumprir. Uma coisa é o alvará no geral, outra coisa são os puxadinhos. Então, vamos separar os puxadinhos das demais situações de alvará e vamos pedir ao Governador que encaminhe a prorrogação para dar tranquilidade a esses 2 mil empresários que estão nessa situação dos puxadinhos.

Registramos a presença do nosso amigo, companheiro, representando Sobradinho e a região do Colorado, Deputado Dr. Michel.

Passaremos a palavra, neste momento, ao Deputado Aylton Gomes.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Boa tarde a todos. Antes de mais nada, quero agradecer a Deus a oportunidade. Aproveito para parabenizar o Deputado Chico Vigilante pela iniciativa. Acho que é um tema da mais alta relevância. O fórum para essa discussão é aqui, ainda mais quando vemos uma Mesa no formato que está, com a representação que tem. Parabéns, Deputado Chico Vigilante, por essa iniciativa. Eu não poderia deixar de passar por aqui, deixar meu abraço e falar que sou seu soldado, estou junto contigo nessa guerra, que é uma guerra do Distrito Federal.

Eu gostaria de agradecer as seguintes presenças: Sr. Subsecretário de Regularização da Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano, nosso amigo Chico Floresta, um campeão que aprendi a admirar, de quem aprendi a gostar; uma pessoa de firmeza – mande meu abraço ao Secretário, Deputado Magela, que é realmente um cara que está fazendo um excelente trabalho nessa direção;

Coronel Sales, aqui representando o Comandante do Corpo de Bombeiros – mande o meu abraço ao Coronel. Eu digo que estou Parlamentar, mas sou bombeiro, Deputado Chico Vigilante. Tenho um carinho especial, foi ali que fui formado, tenho



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	27

um carinho especial por essa corporação que não é só quista por Brasília, mas pelo Brasil e pelo mundo, e tem uma responsabilidade muito grande e que sofre com essa questão dos alvarás, na questão das licenças, porque é um órgão de resposta, é um órgão de fiscalização, e passa o apuro. Mando o meu abraço e mando o meu carinho àquela corporação;

Sr. Diretor de Engenharia da Companhia Energética de Brasília, Mauro Martinelli. Ter a CEB aqui dentro dessa discussão é bom. V. Exa. está com moral, Deputado Chico Vigilante;

Sr. Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Cleber Roberto Pires;

Sr. Presidente do Sindivarejista do Distrito Federal, Antônio Augusto de Moraes;

Sr. Presidente da Federação de Comércio de Bens e Serviços e Turismo do Distrito Federal, nosso querido amigo Senador da Fecomércio, Adelmir Araújo Santana, pelo qual tenho admiração, um homem de pujança, exemplo de trabalho, que sofre também com essa questão – e aí o Deputado Chico Vigilante sai na frente. Ouviu, Deputado? Quando V.Exa. consegue reunir essas cabeças pensantes aqui para chegar a um denominador, eu não tenho dúvidas de que chegará porque quando se une pessoas pensantes, dá-se abertura, deixa o foro especial, e aqui é a Casa do povo, é aqui que se discute para um encaminhamento ao Poder Executivo e ao Poder Judiciário. Muito bom mesmo. Parabéns;

Sra. Diretora de Normas Técnicas e Padrões Urbanos da Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano – SEDHAB, Josiana Aguiar Wanderley, que sofre muito por falta desses alvarás. Esse trabalho fica realmente capenga na ausência de uma lei específica ou de um trabalho que possa realmente ser desenvolvido na direção;

Sr. Diretor de Assuntos de Desenvolvimento Sindical e Relação do Trabalho da Federação das Indústrias do Distrito Federal, da Fibra, Walid de Melo Pires Sargedine.

Parabéns por suas presenças!

Deputado Chico Vigilante, eu quero falar aqui primeiro em nome dos administradores. Eu estou vendo um administrador aqui, e Deus já me deu a graça de passar por esse cargo – eu fui administrador de Planaltina por dois anos –, e o administrador sofre por não poder assinar um alvará. Ele passa por incompetente, ele passa por alguém que não quer ajudar, por ruim, por uma série de adjetivos. Às vezes ele tem boa vontade e muitas vezes, se ele força a barra, ele entra na improbidade administrativa, e as pessoas não conseguem ver isso. Então, esse é um assunto que tem que ser resolvido. Brasília não tem mais como sobreviver ao avançar do desenvolvimento econômico, se a gente não puder dar uma licença para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	28

o cara trabalhar, um alvará para ele construir, algo para fazer funcionar, para gerar emprego. Eu moro numa cidade que está a 50 km aqui de Brasília, do centro, e se a gente não levar para lá uma área de desenvolvimento econômico, se a gente não puser lá empresas e fizer com que elas funcionem, dar as condições para elas funcionarem, como é que nós vamos gerar emprego? Como é que vamos falar de segurança, de saúde, de educação, se os nossos jovens estão na esquina, se o *crack* está tomando conta? Nós estamos deixando que uma lei, uma lei, impeça o nosso varejo de crescer, o nosso atacado de crescer, o nosso empresário de crescer, o nosso governo de andar.

Então, essa lei é uma lei que tem que ser bem discutida, tem que ser bem trabalhada, porque ela mexe com a economia do Distrito Federal e, quando ela mexe com a economia do Distrito Federal, mexe com a família, com o povo brasileiro, que pega o transporte, que anda aí por esses congestionamentos e que precisa trabalhar. O empresário quer trabalhar, só não tem condições. Ali está um órgão de fiscalização e ele tem que fazer aquilo porque é o papel dele, e aí eu me vejo na posição de bombeiro: quando eu não cumpro o papel ou quando acho que não se cumpre o papel, vamos para uma execração pública, como fizeram agora recentemente lá no sul. Todo mundo nessa hora corre dizendo que a culpa é daquele, que é desse, que não é culpado. É muito fácil na hora do apuro: “Não, faz aí, você não faz porque não quer”, mas quando faz e o bicho pega, o Brasil todo cai em cima do cidadão. Eu me senti na pele daquele profissional e tirei o chapéu para o profissional que foi fazer a defesa do bombeiro em nível nacional, um major de uma postura ilibada que mostrou a realidade. Então, de quem é a culpa? De quem não deu o alvará? De quem deu o alvará errado? De quem permitiu funcionar? Onde está a falha?

Então, se a gente não juntar... E eu senti muito na pele, como administrador, a lacuna, a distância entre os órgãos de governo – eu já falei isso aqui em outra oportunidade –, entre as secretarias de governo. Os gestores ficam cada um no seu universo, cada um no seu quadrado, cada um dentro do seu limite, aí, se a gente não fizer isso, se não juntarmos, se não discordarmos, se não concordarmos, não batermos boca para chegarmos a um resultado para falar que pode assinar o alvará para o cidadão trabalhar e gerar emprego, o nosso Distrito Federal realmente vai entrar num caos.

Então, parabéns, Deputado Chico Vigilante. Esse é um tema de alta relevância, os profissionais aqui presentes são de representação. Mas vamos dar as mãos. O Corpo de Bombeiros me ensinou que sozinho ninguém faz nada. Se não nos ombrearmos, se não pegarmos na mão, se não andarmos juntos... ninguém sozinho consegue ser herói. O bombeiro consegue sobressair porque trabalha na coletividade. Cada um tem a sua missão e respeita a missão do outro. Isso é que é o bacana. Quando ele chega a um evento, ele não pergunta a religião, não pergunta onde mora, o partido político. Ele atende o próximo como o próximo, e esses órgãos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	29

aí têm que atender o próximo como o próximo, senão nós estamos enrolados. Eu quero tirar o chapéu para V.Exa. e dizer que sou um soldado seu nessa luta para poder um dia chegar e falar: "Hoje o administrador pode assinar um alvará para o pequeno funcionar, gerar um emprego e tirar o jovem do crack". Deus abençoe a todos.

Eu tenho uma audiência agora com o Secretário de Segurança para tratar de matéria dessa corporação brilhosa, por isso vou pedir licença para me retirar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Aylton Gomes.

Concedo a palavra a Josiana Aguiar Wanderley, Diretora de Normas e Padrões Urbanos da Secretaria de Estado de Habitação.

SRA. JOSIANA AGUIAR WANDERLEY – Boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer, inicialmente, a oportunidade de estar aqui com vocês. Agradeço ao Deputado Chico Vigilante.

Na secretaria, nós participamos do grupo de trabalho que está discutindo o tema do alvará de funcionamento. Eu gostaria de colocar que uma das questões que o alvará de funcionamento vem atender é justamente a questão do zoneamento. Um dos grandes questionamentos em relação ao alvará transitório era justamente porque ele invadia a área esfera do zoneamento.

Estamos hoje em um momento muito favorável. Em breve, a Câmara vai receber a Luos e o PPCUB para análise. Esses dois instrumentos estão fazendo uma correção das normas antigas. A listagem de atividades permitidas para os lotes, muitas vezes, são restritas, até pelo princípio que já foi dito aqui de setorização, até porque, não constavam atividades novas, como *pet shop*. Existem várias atividades que naquela época não existiam. Essas leis agora estão sendo revistas, os códigos que são utilizados são códigos nacionais de classificação de atividades econômicas que estão sendo sempre revistos e atualizados. Esses códigos são internacionais.

Então, a chance que a gente tem de ter esse tipo de situação de novo vai ficar muito reduzida. A questão do zoneamento vai estar minimizada com isso. Mas há situações em que de fato o alvará não deve ser concedido. Por quê? Porque o empresário quer se estabelecer numa região que não tem condição de abrigar aquela atividade sem prejudicar o todo, sem prejudicar a cidade. Então, a gente tem que estar sempre alerta para essas questões.

Com relação à questão do zoneamento de áreas irregulares, estivemos em uma visita técnica em Belo Horizonte e lá eles têm essa mesma situação do Rio de Janeiro. Eles dão alvará para áreas irregulares. Nesse grupo, a gente estava justamente trabalhando nesse sentido, e é nesse sentido que o governo está querendo caminhar, no sentido de oferecer uma alternativa que possibilite que a cidade funcione, mas que a gente também preserve a nossa população e as próprias



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	30

ações do governo, impedindo atividades que vão prejudicar o próprio processo de regularização posteriormente.

De qualquer forma, eu acho que esse momento é muito favorável para o Distrito Federal. A gente tem a chance, agora, de realmente fazer um ajuste nessa legislação, que tem uma conexão muito forte. Então, é trabalharmos essa legislação como um todo. É isso o que eu tenho a dizer.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Josiana.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL – Deputado Chico Vigilante, muito obrigado pela oportunidade. Eu só tenho de parabenizá-lo.

O Deputado Aylton Gomes é muito esperto. Ele falou primeiro para não deixar nada para a gente falar aqui, porque tudo o que eu ia falar, ele já falou.

Eu fui administrador, fui chefe de gabinete, e é uma dificuldade muito grande a que temos em matéria de alvará. Como Parlamentar, temos essa mesma dificuldade, mas S.Exa. está de parabéns, porque esse é um dos temas de maior relevância dentro do Distrito Federal hoje. Pena que as pessoas talvez não tenham sabido ou não tomaram conhecimento desse evento, porque isso aqui hoje era para estar lotado, era para haver umas 10 mil pessoas aqui, era para ser necessário se fazer inscrição para as pessoas falarem. Hoje uma das coisas que mais atormenta a comunidade do Distrito Federal é o alvará.

Eu quero, como já disse, cumprimentá-lo, parabenizá-lo. Queria eu ter a mídia na mão para poder parabenizá-lo por essa audiência pública, porque realmente V.Exa. tocou em um ponto crucial para a comunidade do Distrito Federal.

Quero cumprimentar o meu protegido – pois vivo protegendo-o –, o Deputado Federal Chico Floresta. Hoje sou seu protetor, porque estou no PEN – Partido Ecológico Nacional, e tenho de proteger as florestas; portanto, sinta-se protegido por mim.

Não posso deixar de cumprimentar o nosso Coronel Sales, que aqui representa o nosso grande Corpo de Bombeiros. Eu digo que sou um privilegiado nessa história, porque passei por todas as corporações de segurança pública, Chico. Você sabia disso? Fui soldado da Polícia Militar, fui agente e delegado da Polícia Civil e, agora, há um pedaço meu lá no Corpo de Bombeiros, pois tenho um filho que é soldado dessa instituição. Então, hoje, eu posso dizer que sou um privilegiado por ter passado por todas as forças de segurança pública. O filho da gente é nossa continuidade e o meu filho, hoje, é soldado do Corpo de Bombeiros, e muito me orgulha dizer isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	31

Cumprimento o meu amigo pessoal, o meu professor – grande professor, Chico, se você não sabe –, Mauro Martinelli, um homem que vem lutando muito. Ele apanha, Deputado Chico Vigilante. É pior do que nós. Ele deve ter couro de jacaré, porque o que o Cláudio Humberto bate nesse homem é brincadeira. Ligo o rádio para ouvir o Cláudio Humberto só para ouvi-lo falar sobre a CEB. Hoje vocês apanharam igual a um filho sem dono por causa da chuva. Eu não entendo como a CEB pode apanhar tanto. Vocês têm de ligar para São Pedro pedindo-o para mandar parar de chover. O apagão que vocês atribuíram à chuva, o Cláudio Humberto usou para bater em vocês hoje de manhã. Você foi um dos privilegiados lá para apanhar.

Cumprimento, também, o nosso amigo Cleber Pires; o Antônio Augusto de Moraes; o nosso grande e emérito Senador Adelmir Araújo Santana, que continua sendo o nosso senador; a representante da Sedhab, que fez uma explanação muito boa, a Sra. Josiana; o Walid e o nosso Carlos Augusto.

Eu descii aqui, Deputado Chico Vigilante, primeiro porque me sinto orgulhoso em tê-lo como Parlamentar e sempre trazendo essas brilhantes discussões para o plenário.

Eu começo dizendo que alvará de funcionamento é de extrema necessidade, mas traz uma dor de cabeça que só Jesus para resolver. Por que alvará de funcionamento deve ter prazo de validade? A empresa do indivíduo já nasce com prazo de validade? Vai morrer daqui a doze, vinte e quatro meses? Então, ele não pode crescer? Eu não sei. Talvez eu esteja falando aqui um impropério, uma besteira, mas temos de analisar isso. Como se abre uma empresa e dá para o indivíduo um alvará de funcionamento por dozes meses? – Ah, depois você renova. Já estamos condicionando-o a pensar que em doze meses a empresa dele poderá estar na ilegalidade.

Sobre o segundo ponto, eu não sei se pode ou se não pode, mas vou falar aqui na minha ignorância. Nós temos que desvincular o alvará de muita coisa. Nós temos que desvincular o alvará de muita coisa! Se existe esse negócio de territorial aí que eu esqueci o nome, de que a dona Josiana falou, que desvinculemos então. Vamos fazer o quê? Porque até sair esse trem de regularização da geo não-sei-o-quê, o comerciante já faliu, porque a Agefis vai lá todo dia. Nós temos que fazer isso para amanhã. E não é culpa da Agefis. Ela está cumprindo o papel dela. É mais ou menos igual o pessoal que fica culpando a polícia por determinadas situações: “Ah, mas a polícia veio aqui fechar o comércio”. Mas está lá a situação. Nós temos que resolver o problema. Nós temos um abacaxi grande que tem de ser resolvido. Eu acho que as vistorias do Corpo de Bombeiros, da Polícia Civil, da Polícia Militar, da CEB deverão ser feitas, mas a questão territorial, Deputado Chico Vigilante, é uma luta para mais vinte anos, pode ter certeza, pelo que estamos vendo, pelo andar da carruagem. Você me desculpe! Talvez eu esteja enganado e quero eu estar enganado. Quero eu estar enganado!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	32

Eu sei que é um governo que vem lutando, é um governo de um novo caminho, mas não depende só do governo. Você sabe disso. Por vontade do nosso governo, as questões já deveriam... e o Mauro sabe do que eu estou falando. Na questão da energia, por exemplo, nós temos locais que já são consolidados, e as pessoas não tinham energia. Nós tivemos que lutar lá junto. E o Mauro e eu... eu ia lá encher o saco do Mauro. "Mauro, vamos. Mauro, vamos." E o Mauro: "Michel, não dá". Eu: "Mauro, tem que dar". Chegou um dia que o Mauro disse: "Michel, não te aguento mais aqui, não. Vou ter que fazer uma coisa". Reuniu lá até que saiu um decreto que nos locais consolidados, consolidados... Há casas de dois andares dentro de locais que... Ah, mas a questão do meio ambiente? Vai se arrancar aquela casa? Não vai. Então vamos dar pelo menos dignidade para as pessoas. É a verdade do comércio também.

Como diz a colega Josiana – se me permite falar dessa forma –, lá no Rio de Janeiro... Não queremos virar favela aqui, mas nós temos alguns problemas que têm que ser resolvidos. É lógico que nem muito ao sol nem muito a terra ou qualquer coisa que valha. Nós não vamos favelar, mas na questão do alvará, há determinadas situações, condomínios, não digo ilegais, porque na ilegalidade seria criminoso, mas na irregularidade, que já são consolidados, têm água, luz, esgoto, pagam IPTU, e não se pode dar o alvará. Mas como pagam o IPTU? Como têm água? Como têm luz? Como têm esgoto da Caesb – que vai ter agora? Como é que têm toda a infraestrutura e só não têm o georreferencial? Falta só isso, e não se pode dar... Mas nós temos que, então, aqui, na Câmara Legislativa... Ou se tiver vício de origem, que o governo mande para cá, para que nós desvinculemos o alvará dessa questão fundiária. Porque se o Corpo de Bombeiros vai lá e fala: "Aqui está tudo certinho", vai a Polícia Militar: "Aqui está certinho", vão a Polícia Civil e todos os órgãos que possam fiscalizar e evitar risco para a população... Só por causa da questão fundiária, eu acho que nós estamos pecando com a questão. É igual uma discussão – é lógico que foi um diálogo – que tive na CEB: porque o pessoal do meio ambiente não deixava colocar luz em determinado condomínio. Mas eu ia lá: "Mauro, mas o mal que se faz em colocar a luz é muito menor do que deixar aquele cidadão lá sem a energia". Mas como assim, Michel? Ele chegou ao ponto de ir lá e ver casas de dois andares, com pessoas morando, consolidadas há mais de vinte anos, vivendo na gambiarra – vou voltar para o alvará –, ao ponto de levar um choque, morrer e ainda colocar a culpa na CEB. A mesma coisa é o alvará. Nós temos comércios consolidados, consolidados. É lógico que eu não estou falando que deveria virar uma panaceia, qualquer residência virar um comércio. Eu não estou falando dessa forma. Eu estou falando de coisas consolidadas que, por uma questão fundiária ou por uma questão da georreferencial ou qualquer coisa assim, da poligonal... Fercal, por exemplo. Na Fercal hoje, nós teríamos que falir a Ciplan, a Tocantins, as pedreiras todas. Nós teríamos que fechar ali, da DF-150 para baixo, tudo, tudo, tudo, porque não se pode dar alvará para ninguém. E aí? E a economia? A Ciplan e a Tocantins juntas são as maiores arrecadadoras de ICMS e ISS dentro do Distrito Federal, e nós



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	33

iríamos fechá-las? Temos que analisar. Elas são grandes, mas e o pequeno, e o Seu Zé que tem lá o comerciazinho dele, já fez um prediozinho de dois andares, tem lá o mercadinho dele, tudo direitinho, está consolidado, mas, pela questão da poligonal, pela questão fundiária, ele não pode ter alvará? Mas, se o bombeiro for lá, ele vai ver: aqui não há risco; se a polícia for lá, vai ver: não há risco. E aí? Como é que resolveríamos um problema desses?

Eu acho, Chico, que você foi de uma visão espetacular, eu acho que você deveria pegar esta discussão e levá-la para todas as cidades. Já que Maomé não vai à montanha, a montanha vai a Maomé. Se você me permite, quero plagiar você. Eu quero levar esta discussão para Fercal, para Sobradinho II, porque se eles não vieram aqui, nós temos que ir lá e levar esta discussão porque ela é de extrema necessidade.

Outra coisa: a lei muda, e as pessoas ficam na mão. Havia pessoas que tinham alvará por tempo indeterminado – se eu estiver falando besteira, alguém que conhece pode me corrigir. Estou falando pelo que ouvi dizer e pelo que vi também. As pessoas tinham alvará por tempo indeterminado. Num determinado momento, a lei mudou. Por exemplo, lá em Sobradinho há um cidadão que comprou um lote da Terracap, onde ele poderia fazer um subsolo, à época, em 1980, e, no subsolo dele, onde, à época, ele podia, ele montou um bar sinuca. Ele até veio me procurar aqui, é um exemplo prático. Ele fez um bar sinuca e, à época, ele teve alvará. A lei mudou, e agora não pode mais dar alvará, e faz 33 anos que funciona o bar sinuca desse indivíduo, e agora não se pode mais dar alvará porque mudou, porque no subsolo não pode. Espera lá! Quanto às coisas que são consolidadas, eu acho que nada combinado não é caro nem barato, é no preço. Se em 1980 podia, você vai me desculpar, e o bar dele não mudou, são as mesmas características... Ah, mas o mundo evoluiu. Espera aí. Então, nós vamos agora compeli-lo a falir, a parar? E o senhor deve conhecê-lo. O Genival tem aquela sinuca desde quando eu descia do ginásio e ia jogar a sinuquinha dele. Ele está sendo obrigado a fechar porque não está podendo ter alvará. Aí teve que fazer – e me desculpe, eu não tenho vergonha nem boca para falar – uma maracutaiazinha para dar lá, teve que pegar uma lojinha de cima, dizer que lá embaixo é depósito. Por favor, gente!

Então temos que analisar isso tudo. Cada caso é um caso? Cada caso é um caso, mas não podemos fazer as coisas assim. E aí, Chico, talvez eu esteja até tomando muito tempo aqui, mas é porque são coisas que caem no nosso colo, no seu, no meu, que somos Deputados, que temos que aparar tudo, e acho que este é o momento. A questão da LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo, eu acho que o Governador deve estar fazendo algum ajuste na lei para mandar de volta. Nós precisamos rever a questão da lei da organização do solo, para resolver muita coisinha. Está na hora de colocarmos Brasília na situação de apaziguar, porque eu vou te dizer uma coisa: o trem é danado, o que eu recebo ali de pessoas me pedindo ajuda! E não estou aqui culpando a Agefis. A Agefis faz o trabalho dela, assim como



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	34

eu fazia o meu como delegado. Se eu não fizer, eu prevarico. Está no art. 319 do Código Penal: prevaricação é crime, deixar de agir de ofício naquilo que lhe é imposto pela lei. Então a Agefis tem que fazer. Agora ela chega lá, eles não têm alvará, o Administrador não pode dar, fica esse imbróglio, cai bem aqui. Aí vem o jeitinho. Ficamos ali e damos um jeitinho: segura, vai, não fecha.

Eu acho, Chico, que você foi muito feliz nesta audiência e queria lhe pedir permissão para que nós fizéssemos, você e eu, naquela região lá, e depois você sozinho levasse para sua região lá para cima, porque eu acho que esta discussão tem que render frutos. Não pode. Brasília não pode ficar da forma como está. Ela está emperrada. Ela está travada. Ela está fechada, e o varejista, que é um dos maiores empregadores que nós temos hoje, não sei quantos por cento, está sendo massacrado por uma inércia, não sei se é do estado, não sei se é nossa aqui da Câmara, ou de quem quer que seja.

Então, eu queria lhe agradecer por essa oportunidade que V.Exa. me dá e não canso de parabenizá-lo, porque um dos temas de maior relevância hoje — não digo o de maior, mas um dos de maior relevância para o Distrito Federal — é a questão dos alvarás.

Muito obrigado pela oportunidade, Deputado Chico Vigilante.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Dr. Michel. V.Exa. tenha certeza de que nós, juntos, vamos encontrar uma solução.

Eu passo a palavra neste momento ao Coronel Sales, que representa aqui o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, Coronel Gilberto Lopes da Silva.

SR. CORONEL SALES – Senhoras senhores, boa noite a todos. Em nome do Exmo. Sr. Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Coronel Gilberto Lopes da Silva, eu passo a cumprimentar a Mesa composta por: o Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Deputado Chico Vigilante; o Sr. Subsecretário de Regularização da Sedhab, Chico Floresta; o Sr. Diretor de Engenharia da CEB, Mauro Martinelli; o Sr. Presidente da ACDF, Cleber Rogério Pires; o Sr. Presidente do Sindivarejista, Antônio Augusto de Moraes; o Sr. Presidente da Federação de Comércio - Fecomércio, Adelmir Araújo Santana; a Sra. Diretora de Normas Técnicas e Padrões da Sedhab, Josiana Aguiar Wanderley; o Sr. Diretor de Assuntos e Desenvolvimento Sindical e Relação do Trabalho da Fibra, Walid de Melo Pires Sargedine.

Primeiro, eu gostaria de pedir desculpa pelo atraso, Presidente, porque eu estava exatamente tomando ciência e tomando atitudes com relação ao alvará do *show* do Elton John, que vai acontecer na sexta-feira. De antemão, eu digo que as condições lá estão se adequando e se vai realizar o *show* sem demais problemas com relação à segurança contra incêndio e pânico.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	35

Perdoem-me que eu deixei de cumprimentar os senhores administradores regionais aqui presentes e os demais Deputados desta Casa.

Eu gostaria de iniciar dizendo que as atividades humanas simplesmente ocorrem em razão da própria necessidade do ser humano, e a segurança contra incêndio e pânico surge em razão da atividade humana. Eu digo isso porque algumas pessoas acham que o Corpo de Bombeiros está ali por simples ato normativo e nos veem com um ar de certa antipatia por estar cobrando normas de prevenção, padrões técnicos. Mas tudo isso – eu gostaria de esclarecer – é simplesmente visando ao bem da coletividade.

Atualmente, o Corpo de Bombeiros também é prejudicado por essa questão do alvará de funcionamento. O cidadão se dirige a nossa Diretoria de Vistoria, a qual está sob a nossa égide, e requer lá o parecer de aprovação do seu alvará, do seu habite-se, e ele sai como se fosse um cidadão de segunda linha. Ele sai com um parecer do Corpo de Bombeiros. Não é o alvará que ele quer. Não é o laudo para habite-se que ele quer. E o que eu posso ceder a esse cidadão é um simples – não digo simples porque é um instrumento de reconhecimento técnico – parecer técnico do Corpo de Bombeiros. Ele não quer isso. Ele quer o alvará. Ele quer o laudo do alvará. Ele quer o laudo de habite-se. Então, essa incontinência, vamos dizer assim, ou incontinência acaba atingindo o Corpo de Bombeiros também. Nós também estamos com essas dificuldades com relação aos puxadinhos e com relação às edificações tombadas – com as quais estamos preocupados –, e estamos elaborando uma norma técnica específica para que o patrimônio de todos seja preservado.

Hoje, em que pese todo o acontecimento no Rio Grande do Sul, temos essa bandeira. Ao longo de minha carreira... Estou indo a 26 anos de serviço. Desde tenente... Inclusive, conheço alguns companheiros aqui de vistoria, de labuta. Naquela época, para se tirar o alvará, o cidadão levava o bombeiro, porque a gente não tinha viatura para fazer esse tipo de serviço. Quero agradecer ao Deputado Aylton Gomes porque sob a intervenção dele, hoje o Corpo de Bombeiros é outra instituição. Eu gostaria de estender meus agradecimentos também ao Governador. Íamos fazer a vistoria de alvará, por falta de viatura do Corpo de Bombeiros, o cidadão levava a gente até o local.

Se você aprovava o alvará, ele te trazia de volta; senão, você pegava o ônibus e voltava. Vinha a pé, não tinha jeito. O pessoal mais antigo sabe que isso é verdade, principalmente o pessoal aqui do comércio. O empresário insatisfeito deixava o bombeiro voltar a pé. Foram situações curiosas que a gente viveu. Hoje, graças a Deus, com a intervenção do Estado como um todo, as coisas mudaram muito.

Estamos preocupados em melhorar essa sistemática. A gente quer atender... O Corpo de Bombeiros quer fazer parte do desenvolvimento do Distrito Federal com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	36

segurança, com as adequações, mas legitimando as atividades em termos de segurança contra incêndio e pânico.

É o que tínhamos a falar.

Gostaríamos de estender o cumprimento do meu Comandante Geral a todo o trabalho do Sr. Presidente da comissão e a toda Câmara Legislativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Coronel Sales, representante do Corpo de Bombeiros.

Quero registrar aqui a presença do nosso companheiro e amigo, Presidente desta Casa, Deputado Wasny de Roure.

Passo a palavra ao último integrante da Mesa, nosso engenheiro Mauro Martinelli, representando a CEB.

SR. MAURO MARTINELLI – Boa noite a todos os companheiros e companheiras. Eu queria, em nome da CEB, agradecer o convite que foi feito pelo Deputado Chico Vigilante e parabenizá-lo pela iniciativa de realizar um debate de grande importância para a sociedade, que tem preocupado a todos nós, que é a questão dos alvarás, a licença de funcionamento, e principalmente uma questão que depende muito da CEB, que é a infraestrutura de energia elétrica nos novos empreendimentos. Também a questão que o Dr. Michel falou: a ligação em áreas consideradas irregulares, mas completamente consolidadas.

Queria aproveitar, Deputado Chico Vigilante, até pegando uma deixa naquilo que o Deputado Dr. Michel falou, para prestar alguns esclarecimentos à sociedade, não do passado, mas do que nós estamos fazendo, do que este governo está fazendo.

Enquanto todos os governos anteriores tiraram dinheiro da CEB para investir em atividades atípicas à distribuição de energia elétrica, este governo fez exatamente o contrário. O Governo Agnelo, em dois anos, aportou na CEB 230 milhões de reais, dinheiro carimbado para fazer investimento e para melhorar a qualidade da energia elétrica distribuída aos consumidores de Brasília, que merecem uma energia de qualidade e, infelizmente, ainda não estão tendo.

Outro detalhe muito importante: em 2010, a CEB apresentou um balanço, um resultado negativo de 32 milhões de reais, com cinco ressalvas. Em 2011, já na nova gestão, nós retiramos todas as ressalvas do balanço e tivemos um prejuízo de 3 milhões de reais.

Se quiséssemos manter uma única ressalva no balanço, a empresa já daria lucro, mas nós queríamos mostrar para a sociedade seriedade e por isso retiramos todas as ressalvas do balanço. Porque a CEB é uma sociedade de capital aberto, eu não posso dar as informações, mas o balanço da empresa será publicado em março e abril, e a sociedade poderá avaliar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	37

Com relação a investimentos, no ano passado, 2012, a CEB fez o maior investimento anual de toda a sua história. Investiu em obras 160 milhões de reais. Só para que vocês tenham uma ideia da revolução que está acontecendo no setor elétrico do Distrito Federal, a CEB tem 44 anos de vida; até 2010, portanto, ela tinha 42 anos. Em 42 anos de história, até 2010, a CEB instalou 23 transformadores de 32 MVA — transformadores de grande capacidade de transformação. De 2011 a 2014 nós estaremos instalando 21 transformadores de 32 MVA (megavolts-ampères), quase o que foi feito em toda história da CEB. Em 42 anos de história, até 2010, a CEB tinha uma potência instalada de 2.160 MVA. Em quatro anos de Governo Agnelo, nós vamos instalar 745 MVA, ou seja, 35% de tudo o que foi feito em toda a história da CEB.

Hoje, Brasília, em relação ao setor elétrico, onde nós estamos, está completamente em obras. Já inauguramos a subestação do Gama; já inauguramos a subestação do Riacho Fundo; estamos inaugurando a primeira subestação de Samambaia, que é a subestação de Samambaia Oeste; já colocamos em Taguatinga uma subestação móvel; estamos transformando o sonho da Cidade Digital em realidade e estamos também inaugurando, até abril, a subestação da Cidade Digital, a subestação da Hípica para melhorar a energia para ampliação do aeroporto de Brasília, para melhorar o atendimento ao Lago Sul. Estamos inaugurando a subestação do Estádio Nacional, que só tem o nome de Estádio Nacional – apenas dois alimentadores são para o estádio, 28 alimentadores são para melhorar a energia da área central de Brasília. Volto a dizer: o maior investimento da história da CEB.

Eu tenho certeza de que a CEB voltará a ser, como já foi no passado, a melhor distribuidora do Brasil, porque ela está trabalhando para isso. Hoje, os Diretores da CEB são técnicos. Eu sou engenheiro da Eletronorte, a maior geradora do País. O Presidente da CEB, Rubem Fonseca, foi Presidente da CEB em 1995, quando foi considerada a melhor empresa distribuidora do Brasil, e todos os outros Diretores da CEB Distribuição são técnicos da empresa. Então, podem ficar tranquilos, que o povo de Brasília vai voltar a ter orgulho da CEB, e nós voltaremos a ser uma das melhores distribuidoras do País.

Em relação ao debate que foi colocado, eu queria mostrar para vocês alguns resultados: em relação às áreas irregulares consolidadas, nós temos que reconhecer, o Deputado Dr. Michel ajudou muito para que esse decreto fosse assinado pelo Governador, permitindo que a CEB pudesse levar energia a áreas irregulares. Sabem quantas unidades consumidoras existem em Brasília e que são ligadas irregularmente? Vinte e três mil unidades consumidoras. Na capital do Brasil. Considerando quatro pessoas por unidade, são 100 mil pessoas ligadas irregularmente e que gostariam de pagar a conta de energia. Isso tem prejudicado enormemente o sistema de distribuição da CEB, porque as ligações são muito mal feitas, fora da técnica, e aqueles curtos são levados para todo o sistema de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	38

distribuição da CEB, prejudicando enormemente os consumidores ligados regularmente.

Além disso, tem o perigo do choque. Algumas pessoas morrem por conta disso, por estarem ligadas irregularmente, fora da técnica. E nós estamos levando energia a essas pessoas, porque agora nós temos autorização do Governador através de um decreto.

Hoje, a CEB tem 910 unidades consumidoras. Vamos chegar a 1 milhão de unidades consumidoras. Só para que vocês tenham uma ideia, enquanto no Brasil a média de crescimento do consumo de energia elétrica é 4% ao ano, em Brasília, no Distrito Federal, a média é 7,2% ao ano – quase o dobro da média nacional. Isso quer dizer que temos que fazer proporcionalmente quase o dobro do investimento. Como no passado esses investimentos deixaram de ser feitos, nós temos que fazer muito agora para recuperar o que deixaram de fazer no passado.

Em relação às ligações de energia em novos empreendimentos, é preciso esclarecer, porque é claro que, quando falam em energia elétrica, as pessoas se lembram, e não há outra forma, da CEB. Mas eu não quero julgar a responsabilidade de ninguém. Nós temos que encontrar soluções. E o Governo do Distrito Federal – eu vou apresentar para vocês em primeira mão – já encontrou uma alternativa para resolver esse problema. A Terracap é a loteadora no Distrito Federal e, por lei, a loteadora é obrigada a dar a infraestrutura de energia elétrica, de água, de esgoto. Portanto, a Terracap contrata a CEB para a gente poder fazer as obras para que aquele edifício tenha energia elétrica. O que acontece de fato? Nós, da CEB, temos que melhorar os nossos procedimentos – demoramos para fazer um orçamento, esse orçamento chega à Terracap, tem que ser analisado, a Terracap aceita e tem que fazer um contrato com a CEB. Só depois do contrato assinado é que podemos iniciar o processo de aquisição de material, o processo de contratação de mão de obra para realizar a obra e fazer a ligação. É por isso que vem o atraso. E muitas vezes nós não conseguimos fazer uma obra, porque não temos área para fazer subestação, não temos área pública para fazer estação transformadora. Então, temos que atacar a causa e não a consequência. Nós temos que atacar os procedimentos. Não o procedimento interno da CEB, não o procedimento interno da Terracap ou o procedimento interno da Sedhab. Mas tem que haver um procedimento de governo entre CEB, Terracap, Sedhab e, inclusive, os construtores, os empreendedores.

Eu estou apresentando aqui, Chico, em primeira mão, pela primeira vez na história de Brasília, um documento com procedimentos, responsabilidades da CEB para fazer essa ligação, responsabilidades da Terracap, responsabilidades da Sedhab e responsabilidades dos construtores – documento assinado por todas as partes. Dessa forma, sim, nós realmente estaremos atacando a origem do problema. E também um contrato assinado entre a CEB e a Terracap, não falando de um empreendimento. Pela primeira vez a CEB poderá fazer um planejamento, porque agora vamos ter conhecimento de todos os empreendimentos que serão ligados até



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	39

2015. Isso aqui foi passado pelo Sinduscon, que participou ativamente desse processo de discussão. Agora, sim, a Sedhab, a Terracap, a CEB vão poder planejar para que não haja atraso nas ligações de energia elétrica dos edifícios. Aí, sim, está um ato de governo para resolver a causa do problema e não a consequência que esse problema tem trazido.

Termino, Chico, primeiro agradecendo e dizendo à sociedade de Brasília: podem ficar tranquilos, este governo está fazendo um investimento como nunca foi feito para que o sistema de distribuição da CEB seja recuperado e para que o povo de Brasília volte a ter orgulho desta grande empresa. Eu tenho orgulho, e é por isso que eu uso o crachá da CEB.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao nosso amigo e companheiro Mauro Martinelli, representando a CEB.

Concedo a palavra ao Administrador de Taguatinga, Carlos Alberto Jales.

SR. CARLOS ALBERTO JALES – Deputado Chico Vigilante, a quem eu agradeço o convite e parabênico por essa brilhante audiência. Tenho certeza de que nós vamos sair daqui já com um norte bem definido. Cumprimento toda a Mesa em seu nome, Deputado Chico Vigilante.

Eu acho que a minha palavra pode ser muito simples, como o senhor sempre usou as suas, porque o senhor fala a palavra do povo. Agora, eu vou falar a palavra dos empresários. Porque quando eu fui vice-presidente do Cleber, na Agenciauto, a gente não podia trabalhar na Asa Norte, o senhor se lembra disso. Nós compramos uma briga grande, e a gente conseguiu realmente fazer o setor de automóveis, hoje Cidade do Automóvel. O Cleber pode atestar isso que estou falando, foi uma briga grande. E lá está funcionando, lá está gerando emprego e lá está gerando os recursos de que a gente precisa para o GDF, isso é ponto.

Só que a gente tem um problema, Deputado. Eu vou falar como Taguatinga, não vou poder falar como Plano Piloto, porque cada uma tem a sua peculiaridade, cada uma tem a sua particularidade. Taguatinga é uma cidade de 55 anos, nós vamos fazer agora, com prédios já bem ultrapassados. A grande maioria deles não tem carta de habite-se. E essa lei a gente precisa de mudar lá, tem que ser uma lei federal. Porque você vincular carta de habite-se para poder dar licença de funcionamento, o senhor vai me perdoar, é o absurdo do absurdo. Isso não cabe.

Eu acho que nós editamos um decreto agora no final do ano, não estou me lembrando bem do número. Agora não há mais o alvará de funcionamento definitivo, acabou. Agora todo mundo tem que trocar por licença de funcionamento indeterminada ou com prazo de validade, que é o que eu estou fazendo em Taguatinga. Estou chamando todo mundo e a gente está dando essa licença de funcionamento para eles.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	40

Quando, junto com o Governador Agnelo na Feira dos Goianos – o senhor esteve junto com a gente lá – o pessoal achou que a gente não fazia, não é, Deputado? A gente meteu 2 mil licenças de funcionamento para aquele pessoal que estava todo jogado. Todo mundo achou que a gente era doido. Está lá o pessoal com a sua identidade.

O empresário, seja ele micro, seja ele grande, precisa de dignidade. O empresário quer pagar para trabalhar. Ele paga caro, porque os impostos não são baratos, os impostos são altos. O maior sócio de um empresário é o Estado. E nós não podemos ser, agora vou falar como Governo, a pedra de tropeço do empresário. Nós devemos ser a pavimentação para que o empresário possa decolar, gerar os empregos e realmente dar aquilo que o Estado precisa, que são os tributos.

E lá em Taguatinga nós estamos fazendo isso, Deputado. Em uma última reunião que tive recentemente, um colega meu, administrador, veio me dar uma aula em que eu tinha ficar lendo Diário Oficial. Ora, eu não sou administrador jornalista, eu sou um gestor que precisa dar solução ao meu Governador, porque ele me colocou lá para poder achar solução.

E quando o senhor me liga às 7h da manhã – porque eu acho ótimo quando o senhor me liga nesse horário para falar sobre as situações que o senhor está passando, vivendo, e cobrando soluções –, eu acho isso ótimo, porque há pessoas que estão olhando pela cidade e que estão ligadas, antenadas com os seus administradores. É nesse ponto que eu quero dizer ao senhor o seguinte: eu estou fazendo algumas situações na Administração de Taguatinga porque eu tenho coragem. E é como disse o Cleber, eu vou morrer defendendo o empresariado.

Eu não acho justo o empresário ter que ficar com o penico na mão pedindo nada, ter que cair na mão de despachante, ter que cair na mão de bandido. Lá em Taguatinga, eu já mandei mais de 150 processos para a Divisão Especial de Repressão aos Crimes Contra a Administração Pública – DECAP, porque os despachantes falsificavam habite-se, alvarás de construção, e licença de funcionamento, Deputado. Estão todos na Decap. E toda semana vai um, dois, um, dois, um, dois. Porque lá em Taguatinga, hoje, Deputado, nós emitimos uma licença de funcionamento em 24 horas. Não são 48 horas, não. Se a documentação estiver toda prontinha, em 24 horas o empresário tem a sua licença na mão, porque eu assino mesmo!

Temos hoje uma parceria com a junta comercial que é fantástica. Eu e a Administração de Brasília estamos como pioneiros nessa primeira luta. E está dando certo. Porque hoje a pessoa pode abrir uma empresa lá na Administração de Taguatinga e já sair com o seu CGC e a licença, tudo na mesma hora, em menos de 48 horas.

Isso é pioneiro. Isso é o governo que faz. Essa é a nossa diferença. Nós estamos achando ideias e buscando soluções em conjunto, e está dando certo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	41

Agora, tem umas coisinhas que faltam, Deputado, a pessoa chega lá e apresenta uma cópia de uma carta de habite-se. Se estiver lançado em nosso sistema, nós vamos lá e já emitimos. Só que eu não faço só isso. Eu vou até o arquivo para saber se aquela carta de habite-se é falsa ou verdadeira. Se ela for falsa, não quero também prejudicar o comerciante, nós vamos fazer com que ele faça e retome da maneira correta. Que dê entrada na documentação de maneira correta, e que a gente dê o prazo a ele para que ele regularize, para que ele venha.

Eu criei esses termos e o empresário assina. Porque o empresário tem palavra. O empresário, se ele assinar, e ele se comprometer, ele cumpre. E lá estamos funcionando. A coisa está dando certo. E assim o nosso governo está dando certo e está sendo elogiado lá em Taguatinga, porque eu não estou deixando eles ao léu. Eu não vou ter medo porque eu tenho um governo que vai me defender, porque eu estou defendendo o nome desse governo. E esse é o resultado que temos de procurar.

Eu sei que os nossos companheiros aqui, Casa Civil, Coordenadoria das Cidades, Secretaria de Governo, estão debruçados dia e noite tentando encontrar uma solução, não estão parando um minuto. Eu e o Carlos temos conversado direto sobre isso, muitas vezes. Mas como disse um amigo nosso agora há pouco aqui, nós vamos deixar eles sem solução? Temos de ter coragem e fazer a coisa acontecer.

O senhor sabia que em um ano eu arrecadei mais que nos últimos quatro anos pela área ocupada das pessoas que têm aquela famosa mesinha do lado de fora? Um restaurante que usava área pública não pagava nada. Hoje eu estou trazendo o empresário para perto e mostrando a ele que é bom ele caminhar correto. Pague-me a utilização da área pública e eu vou lhe dar licença para a utilização dessa área pública.

Eu já arrecadei mais que nos últimos quatro anos, Deputado Chico Vigilante. Estão vindo para os cofres do GDF. E o empresário fica feliz, porque quando a Agefis vai até lá ela não derruba, porque ele está licenciado, porque ele fez o projeto, levou um arquiteto, o cara carimbou, assinou, e tem a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica dele dizendo que aquilo não vai cair na cabeça da pessoa. E é isso o que o bombeiro quer.

Eu estou pegando agora as escolas particulares e não estou aceitando única e exclusivamente uma questão de pedido não. Eu peço que o bombeiro vá até lá verificar se aquela escola tem condições de saída de emergência, extintores, o mínimo de segurança de que ela precisa. Esse é um poder discricionário meu, porque não tem nada na lei que obrigue isso. Eu estou pedindo, porque nós temos de cuidar das nossas crianças, porque senão pode acontecer uma tragédia como a de Santa Maria.

Então, são essas coisas que nós estamos moldando dentro da administração e estamos levando os nossos amigos e trazendo em conjunto, porque esse decreto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	42

novo que vai sair, essa nova formatação, Deputado, com certeza vai vir para ficar. E assim a gente vai moldando.

Eu venho defendendo esse governo, um governo que chegou caladinho, quietinho, como mineiro, e está fazendo. E nós vamos fazer muito mais em Taguatinga.

A todos os empresários em Taguatinga que estiverem com dificuldade, e que não tiveram ainda essa oportunidade de chegar à Administração, hoje nós temos a condição de emitir a licença de funcionamento no prazo de 48 horas. Se tiver dificuldade nós iremos, com certeza, achar a solução para poder ser resolvido o problema.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Passo a palavra ao empresário e proprietário do restaurante La Ursa, no Setor Bancário Norte, Henrique Aragão.

SR. HENRIQUE ARAGÃO – Boa noite a todos. Quero parabenizar o Deputado mais uma vez, por chamar essa discussão. Estive aqui na segunda-feira passada, em uma audiência pública, de autoria do Deputado Washington, em relação à segurança de casas noturnas.

Sinto falta hoje, aqui, do pessoal do Sindicatos de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília — Sindhobar e do pessoal da Abrasel. Desde que a gente começou nessa atividade, vem dialogando para sempre estar na lei. Acho que muita gente falou aqui isso, e é verdade. Falo como empresário, como muitos amigos meus que são empresários, têm empreendimento de bar e restaurante. Todo mundo quer estar na lei, ninguém quer estar irregular. A gente sempre procura as administrações para estar nesse sentido, para caminhar junto.

Gostei muito do que o Administrador de Taguatinga falou agora. Não sabia o que estava acontecendo ali, e até queria fazer uma sugestão. Da mesma maneira que a gente tem o Na Hora na Rodoviária, por exemplo, onde você chega e encontra a CEB, todos os órgãos e regulariza a sua documentação... Eu queria até questionar a Secretaria de Governo, as administrações públicas presentes aqui, se não seria possível ter esse tipo de força-tarefa para, quando o empresário precisar regularizar a documentação, ir a um lugar só. Ele perde, sei lá, um dia, uma semana, mas ele realiza isso.

Vejo muitos amigos que têm estabelecimento, e a grande questão sempre é esta: "Por que eu não tenho alvará?" Porque a gente chega às administrações e muitas vezes ficamos na mão do despachante. Somos desinformados. A história fica nisto: "Vou lhe dar a dificuldade para lhe vender a facilidade".

Então, vejo que o GDF tem avançado muito nesse sentido. Acho que é a primeira vez que vejo tantos órgãos dialogando, conversando. Anteriormente, era



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	43

isto: "Ah, mas são vocês?" Diziam: "Ah, não. Isso é com o Corpo de Bombeiros. Isso é com a CEB. Isso é com o Iphan".

Então, é muito legal. Vejo com muito bons olhos o que está acontecendo e queria só chamar a atenção para uma coisa: daqui a cem dias, começará a Copa das Confederações, e a gente tem uma situação. Por causa de Santa Maria, houve um certo sensacionalismo, a Agefis agiu para mostrar serviço e fechou diversas casas. Tenho muitos amigos que estão com o estabelecimento fechado. Só que os impostos estão rolando, a folha de pagamento está rolando e o fornecedor tem que ser pago. Então, é urgente isso, porque é imposto que o GDF está deixando de arrecadar e é a gente que está na iminência de perder o emprego, de fechar.

Era só isso o que eu gostaria de deixar registrado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) — Ok. Muito obrigado.

Havíamos convidado o Secretário da Casa Civil, Swedenberger Barbosa. Ele havia assumido o compromisso de estar aqui, mas quando estava em deslocamento, o Governador lhe pediu que fosse a uma reunião no Iphan. Ele acabou de me ligar e assumiu o seguinte compromisso, que o Carlos já havia assumido também: o projeto de regularização da questão dos alvarás está muito adiantado, em fase bem adiantada. Ele está assumindo o compromisso de, antes de mandar o projeto a esta Casa, fazer uma reunião na Casa Civil, com a Secretaria de Governo e vocês, os representantes do empresariado, ou seja, a Associação Comercial do Distrito Federal, a Federação do Comércio, a Federação das Indústrias – aí, vocês verifiquem quem mais querem convidar –, para analisarmos o corpo do projeto e verificarmos se há algo a ser feito, a ser alterado, a fim de que ele chegue aqui "redondinho" e, assim, não fiquemos naquela situação de emendar daqui, emendar dali e resolvamos, efetivamente, esse problema.

É compromisso do governo, Secretário Chico Floresta, resolver isso. Acho que demos um passo importante hoje. Com relação aos puxadinhos, estou assumindo o compromisso de conseguir, com o Governador Agnelo, mandar um projeto de prorrogação. Porque, se não deu para resolvermos em cinco anos, não vamos resolver em um mês e meio. É inimaginável achar que, em um mês e meio, vamos resolver essa questão. Quando chegar dia 30 de abril, não teremos resolvido isso, mas vamos resolver. Vai bater o pânico nesses 2 mil empresários do chamado puxadinho.

Acho que esse debate é muito interessante. Inclusive, esta sessão foi transmitida via internet. Há um conceito errado em relação aos puxadinhos. A mensagem que tentam passar é a de que são invasores, mas não é isso. São pessoas que querem estar dentro da legalidade, para continuar gerando emprego. Não há ninguém querendo tomar terra pública. Não é grilagem. É diferente de outras situações que aconteceram no Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	44

Quero agradecer a presença do Presidente da Associação Comercial e Industrial do Distrito Federal, Sr. Cléber Roberto Pires; do Presidente da Federação do Comercio, Sr. Adelmir Santana, que pediu licença para sair porque tinha dois compromissos na Federação e estava atrasado; do Presidente do Sindivarejista do Distrito Federal, Sr. Antônio Augusto de Moraes; do Diretor de Assuntos de Desenvolvimento Sindical e Relações do Trabalho da Federação das Indústrias do Distrito Federal, representando aqui o Dr. Antônio Rocha; Sr. Walid de Melo Pires; do Subsecretário de Regularização da Secretaria de Estado da Habitação, nosso companheiro e ex-Deputado Chico Floresta; do Deputado Rôney Nemer, que esteve presente; do Deputado Washington Mesquita; da Diretora de Normas Técnicas e Padrões Urbanos da Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano, Sra. Josiana Aguiar Wanderley, e do Diretor de Engenharia da Companhia Energética de Brasília, Sr. Mauro Martinelli, que nos deu uma notícia promissora aqui.

Conversei hoje com o Sr. Rubens, na Federação da Indústria, quando o Governador lançou o pacote de obras. O balanço da CEB virá muito positivo, mostrando que ela é uma empresa viável, que dá lucro e que atinge, acima de tudo, as camadas mais necessitadas. Só para vocês terem uma ideia, ao longo da gestão do Governador Agnelo e sob a direção do Rubens e do nosso amigo Mauro Martinelli, a CEB já regularizou mais de 25 mil habitações que consumiam energia sem pagar por ela, como o Condomínio Sol Nascente consumia. Todos tinham energia e não pagavam. Era "gato". Mas a CEB foi lá e colocou todo mundo na legalidade.

O bom, Chico Floresta, é que as pessoas passaram a pagar e estão felizes.

Eu sei, Cleber, que você está bastante... mas quero registrar esse fato , pois foi uma das coisas que mais chamou minha atenção.

Coronel Sales, quando colocamos a iluminação pública no Condomínio Pôr do Sol, onde há 4.500 residências, a iluminação ficou melhor que a do Lago. Padrão de primeira. Cheguei lá certo dia e um cidadão disse: "Olha, no dia em que iluminaram aqui, fiz questão de chegar à noite, descer lá no ponto, à pé, porque eu queria ver o Pôr do Sol iluminado". Ele descia na escuridão, correndo, com medo dos malandros, até chegar a casa, e disse, então: "Eu queria ver como era o Pôr do Sol iluminado. Agora estou pagando. Antes, eu não pagava. Estou pagando, mas estou feliz".

Portanto, são essas coisas que nos mostram a importância de colocarmos as pessoas na legalidade. A mesma coisa vale para os empresários, para os empreendedores do Distrito Federal. Ninguém quer viver sem alvará. Eles querem alvará. Temos que proporcionar os meios para que eles obtenham o alvará.

Quero agradecer a importante presença do Cel. Sales. Coronel, muito obrigado pela sua participação. Agradeço também a presença do Coordenador Jurídico da Secretaria de Governo, Sr. Carlos Augusto. Estamos assumindo o seu compromisso, Carlos, pela Secretaria de Governo, e do nosso companheiro e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 03 2013	15h25min	13ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	45

Secretário Berger, de que os empresários e nós, da Câmara Legislativa, faremos uma reunião antes de o projeto chegar a esta Casa, para vermos se está tudo redondinho e possamos aprovar isso em regime de urgência.

Agradeço a presença de cada uma e de cada um de vocês que estiveram aqui hoje.

Vejo lá no fundo, quietinha, uma companheira muito importante, que é a Sra. Kátia Cubel, Assessora de Imprensa da Associação Comercial e, acima de tudo, uma empreendedora do Distrito Federal. Ela promove o Prêmio Engenho de Comunicação, que está indo para a 10ª edição. É muito importante que todos compareçam, e, aí, faço até um apelo ao Índio, que representa um setor importante, que é o do segurança privada, e aos demais empresários. A gente precisa apoiar mais as iniciativas como essa da Kátia. Eu vi, Índio, no prêmio passado, o quanto essa mulher chorou, o quanto ela sofreu, porque ela queria realizar o prêmio. É um prêmio com o qual ela não ganha dinheiro e nos últimos dias, Chico, quase não foi viabilizado. Nós tivemos que mover céus e pedras para viabilizá-lo. E vimos, no dia, o quanto esse prêmio é importante. É um evento que premia os jornalistas e um júri de alto nível escolhe os melhores programas, os melhores veículos de comunicação. Isso é muito importante.

Quero agradecer a presença de todos e dizer que foram muito importantes a tarde e a noite de hoje.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente comissão geral.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 18h31min.)